



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Isabella Parisotto Simon

**SEMENTES DA RETOMADA: TECENDO DIÁLOGOS ENTRE A MEMÓRIA
BIOCULTURAL KAINGANG E O ENSINO DE CIÊNCIAS**

Porto Alegre

2024

Isabella Parisotto Simon

**SEMENTES DA RETOMADA: TECENDO DIÁLOGOS ENTRE A MEMÓRIA
BIOCULTURAL KAINGANG E O ENSINO DE CIÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marilisa Bialvo Hoffmann

Coorientadora: Prof^a Dr^a Suzana Cavalheiro de Jesus

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Simon, Isabella Parisotto
Sementes da Retomada: tecendo diálogos entre a
Memória Biocultural Kaingang e o Ensino de Ciências /
Isabella Parisotto Simon. -- 2024.
32 f.
Orientadora: Marilisa Bialvo Hoffmann.

Coorientadora: Suzana Cavalheiro de Jesus.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Biociências, Licenciatura em Ciências Biológicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ciências da Natureza. 2. Conhecimentos
indígenas. 3. Kaingang. 4. Interculturalidade. 5.
Saberes tradicionais. I. Hoffmann, Marilisa Bialvo,
orient. II. Jesus, Suzana Cavalheiro de, coorient.
III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabella Parisotto Simon

Sementes da Retomada: tecendo diálogos entre a Memória Biocultural Kaingang e o Ensino de Ciências

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marilisa Bialvo Hoffmann

Coorientadora: Prof^a Dr^a Suzana Cavalheiro de Jesus

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. (orientadora) Marilisa Bialvo Hoffmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a Russel Teresinha Dutra da Rosa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Welton Yudi Oda
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Ao Povo Kaingang:
cacica e Mestra Gãh Té, querida amiga
Kapri, Rodrigo, Karindé e Katumé
pelo acolhimento
e por inspirarem a luta pela vida
e a harmonia com os seres
Às crianças kaingang,
que tanto me ensinam!

À Marilisa, pela parceria
e por me guiar nessa estrada;
à Suzana, por nos receber na fronteira que
desconhecíamos;
à Marceli, por me inspirar e encorajar
e aos outros professores
de outros pedaços do caminho:
Russel, Sérgio Leite, Cláudia Senandes,
Maria João, Lu Firpo, Tanilene, Miguel,
Júlia, Fábio Gai

À minha mãe Carla e meu pai João,
portos seguros de toda a trajetória,
e minha avó Celia,
por me abrigarem em seus corações
gigantes e sempre me apoiarem

Aos meus amigos Noiados Viajantes,
por serem tão meus parceiros
nos perrengues e no crescimento:
Malu, Maria, Lucca Vi, Lucca Caramelo e
Rafa.
Sabores da vida!

Às Amigas de Verdade:
Lê e Ju,
por tantos colos,

brincadeiras
e por sermos tão parecidas

À Malu, minha gêmea de coração,
Cedi, Lotti, Isa, Júlia, Manu
por permanecerem sempre
e mostrarem que o amor pode durar
anos e anos e anos

Ao meu companheiro Jean,
por me ajudar a segurar as pontas
nas partes mais malucas,
pelas risadas, carinho, aconchego
e por construir e sonhar comigo

Às companheiras de TCC:
Catha, Laís, Lari,
que compartilharam, ajudaram e acolheram
e outras amigas que encontrei durante a
Biologia: Marina, Ana, Fernanda

Ao DAIB,
por ser uma utopia real
e me ensinar a acreditar nas minhas
e a todes que semeiam as ideias da
autogestão,
da coletividade,
da agrofloresta
e dos outros modos de viver e criar

Aos acampamentos, Daibutecos, saídas de
campo, almoços deliciosos no Daib
e tantas outras vivências felizes que esses
anos de UFRGS me presentearam.

Obrigada por serem parte de mim!

“Nós não somos donos da terra, nós somos a terra”

(Casé Angatu Xukuru Tupinambá)

RESUMO

Assumindo que o ensino escolar de Ciências é profundamente afetado por como concebemos e nos relacionamos com a Natureza, este trabalho investigou de que forma a sabedoria do povo Kaingang pode subsidiar outras maneiras de pensar a educação em ciências. Fundamentado no conceito de Memória Biocultural, teve como objetivo central registrar, a partir da divulgação pelos veículos de mídia, a história da Retomada Gãh Ré por uma comunidade kaingang na região metropolitana de Porto Alegre-RS e identificar, com a ajuda de minha vivência pessoal junto a ela, quais aspectos das práticas culturais, conhecimentos tradicionais e percepção socioambiental evidenciados, podem inspirar uma abordagem intercultural, visando um ensino de ciências mais sensível e respeitoso à sociobiodiversidade. A partir da pesquisa narrativa com uso da pesquisa documental e da Análise Textual Discursiva, entremeadas pela minha experiência pessoal de convivência com os Kaingang, pude registrar a história da Retomada Gãh Ré, no Morro Santana e compreender como eles vivenciam a Natureza e o território. Assim, identifiquei na luta do povo indígena pela própria existência, em seu sentimento de afeto e pertencimento à Natureza e em seus projetos para a sociedade, possibilidades de temas geradores que podem contribuir para o currículo escolar de ciências.

Palavras-chave: Ciências da natureza; conhecimentos indígenas; kaingang; interculturalidade; saberes tradicionais.

RESUMEN

Este trabajo investigó cómo la sabiduría del pueblo Kaingang puede influir en nuevas formas de concebir la educación en ciencias, considerando que la enseñanza escolar de esta materia está profundamente afectada por nuestra relación con la naturaleza. Basado en el concepto de Memoria Biocultural, el objetivo central fue registrar la historia de la Retomada Gãh Ré por una comunidad kaingang en la región metropolitana de Porto Alegre-RS, a través de la divulgación mediática. Además, se buscó identificar, con mi experiencia personal con la comunidad, los aspectos de las prácticas culturales, conocimientos tradicionales y percepción socioambiental que podrían inspirar un enfoque intercultural para una enseñanza de ciencias más sensible y respetuosa hacia la sociobiodiversidad. Utilizando la investigación narrativa, la investigación documental y el Análisis Textual Discursivo, junto con mi experiencia personal con los Kaingang, se registró la historia de la Retomada Gãh Ré en el Morro Santana y se comprendió cómo viven la naturaleza y el territorio. Así, se identificaron en la lucha del pueblo indígena por su propia existencia, en su afecto y sentido de pertenencia a la Naturaleza, y en sus proyectos para la sociedad, posibles temas generadores que podrían contribuir al currículo escolar de ciencias.

Palabras clave: Ciencias de la naturaleza; conocimientos indígenas; interculturalidad; conocimientos tradicionales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A etnia Kaingang	8
DEMARCAÇÃO JÁ: A Retomada Multiétnica Gãh Ré	10
OS SABERES INDÍGENAS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO	12
A relação com a Natureza e o ensino de ciências	13
Disposições desta pesquisa	15
MEMÓRIA E AMNÉSIA BIOCULTURAL	16
INTERCULTURALIDADE E SABERES INDÍGENAS	19
O diálogo entre a interculturalidade na Escola e o ensino de ciências	20
ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
Pesquisa documental e narrativa	21
Análise Textual Discursiva	22
REVISÃO DE LITERATURA	27
A CONSTELAÇÃO DA GÃH RÉ NO CÉU DAS MÍDIAS: Um metatexto	29
Morro Santana: território ancestral	29
Destruição da Natureza e extinção de povos	33
Movimento indígena: lutas pela demarcação, justiça e existência	35
Cultura, espiritualidade e projeto de sociedade em harmonia com a Terra	38
RESISTIR PARA CUIDAR: Os valores no contexto e na memória da comunidade	42
A relação ocidental disfuncional com a terra	42
Pertencimento: os cordões umbilicais como raízes no território	44
A voz da terra: radicalidade e preservação	47
CAMINHOS ABERTOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	48
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Peço licença para somar minhas palavras ao grande território dos estudos relacionados aos povos indígenas. Ao entrar no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, tive meu primeiro contato com a Mestra Iracema Gãh Té¹ e com o morro que é seu território sagrado logo na segunda semana de aulas, em meu trote consciente. Encerro agora o ciclo da graduação com a intenção de compartilhar um pouco dos aprendizados dos encontros com esses seres ao longo do caminho, que me (trans)formaram enquanto professora de Ciências e Biologia.

O grande território que hoje se chama Brasil abriga, depois de 500 anos de colonização, 1.694.836 pessoas indígenas (IBGE, 2022). Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), essa população pertence a 266 etnias, fala 274 línguas diferentes e possui múltiplas formas de se relacionar entre si e com o espaço. O IBGE em 2010 ainda levantou que 36,2% dos indígenas residem em áreas urbanas. O estado do Rio Grande do Sul é o 10º com maior presença indígena no país. Esses povos persistiram, apesar de séculos de dominação a seus territórios, corpos e culturas desde a chegada dos Europeus ao continente no século XV e resistiram a eventos traumáticos, como epidemias, massacres, escravização, catequização, expropriação territorial e confinamento que, de acordo com Gobbi e colaboradores (2010), foram as violências que marcaram as relações dos povos originários com as forças coloniais.” (GOBBI *et al*, 2010, p. 20). Nesse processo, foram suprimidas também as práticas de conhecimento que eram contrárias aos interesses dos colonizadores, em um fenômeno que Santos (1995) pontua como epistemicídio.

A etnia Kaingang

Destacando-se entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil, o povo Kaingang representa uma população de cerca de 37.470 pessoas e pertence à família linguística Jê do Tronco Macro-Jê. Junto aos Xokleng e aos Xetá, compõe o grupo das sociedades indígenas Jê meridionais contemporâneas (SILVA, 2008). As aldeias Kaingang estão distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, especialmente em áreas de mata de araucária e de campos do Planalto Sul-Brasileiro, além das regiões contíguas ao planalto e dos espaços metropolitanos de grandes cidades (SILVA, 2008). Em Porto Alegre ou

¹ Gãh Té é uma cacica do povo Kaingang, líder espiritual e Mestra de saberes tradicionais com título outorgado pela UFRGS. Ela é Mestra da cura, espiritualidade e cosmologia.

Pontoaré, na língua kaingang, o povo Kaingang se espalha do morro mais alto da cidade às terras do bairro Nonoai, até o Lami, conforme figura 1.

Figura 1 - Mapa da presença kaingang em Porto Alegre



Fonte: HERMANN e DAMO, 2014.

A presença dos Kaingang nos campos e matas do sul brasileiro remonta a aproximadamente três mil anos (FERNANDES, PIOVEZANA, 2015). Desde o século XIX, os Kaingang mantêm contato sistemático com conquistadores e colonizadores, a partir de um contexto de aldeamento forçado em que a demarcação de terras visava concentrar populações e liberar áreas etnicamente “limpas” para colonização (FERNANDES, PIOVEZANA, 2015). Os Kaingang tiveram de se adequar ao avanço da sociedade brasileira sobre o território (TOMMASINO, 2001) e, aos poucos, as cidades foram se tornando espaços de (re)territorialização, por se tratarem de áreas pertencentes ao tradicional território desse povo.

O censo do IBGE/2010 apontou ainda que, enquanto o povo Kaingang se distribui em trinta e duas terras indígenas, em torno de cinco mil Kaingangs vivem fora de Terras Indígenas. Muitos deles residem em beiras de estrada, espaços cedidos por Organizações Não Governamentais ou em terras ocupadas (SCHWEIG, 2014). Estas ocupações territoriais são as chamadas retomadas indígenas. A questão da demarcação dessas terras é uma constante na luta dos povos indígenas. O direito à demarcação das terras indígenas é assegurado pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) mas requer, além da reivindicação pelas

comunidades indígenas, diversos levantamentos antropológicos, etno-históricos, jurídicos, fundiários e cartográficos por grupos de trabalho formados por técnicos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

DEMARCAÇÃO JÁ: A Retomada Multiétnica Gãh Ré

As retomadas indígenas são um processo complexo e multifacetado de resistência e reafirmação da identidade cultural, territorial e política das comunidades indígenas. Elas são um tipo de estratégia adotada por diversos grupos para reivindicar o acesso e o controle sobre suas terras ancestrais e resgatar as práticas culturais e valores que foram suprimidos pela colonização e pela influência da cultura hegemônica. A retomada indígena não se limita à ocupação física de territórios indígenas, mas também envolve a revitalização de idiomas, rituais, artesanato e modos de vida tradicionais. É um movimento que busca a autonomia, a autodeterminação e a preservação das heranças culturais e ecológicas das comunidades indígenas.

No dia 18 de outubro de 2022, famílias das etnias Kaingang e Xokleng transformaram um terreno que se encontrava em total estado de abandono em território de vida e resistência, retomando uma área tradicional de suas famílias que pertencia formalmente à Maisonnave Companhia de Participações no pé do Morro Santana, reivindicando-a como local de uso tradicional Kaingang. Este trabalho acompanha a história da construção e resistência dessa retomada, chamada Retomada Gãh Ré (Terra do Sol). Os Kaingang cruzaram meu caminho em alguns outros momentos após a primeira vez que trilhei o Morro Santana, mas conheci de fato seu movimento em uma outra retomada no início de 2022 e, desde o nascimento da Gãh Ré, em outubro do mesmo ano, me aproximei cada vez mais da comunidade. São minha profunda admiração e respeito a esse povo que nutrem a realização deste trabalho: um povo que habita este território há muito tempo e que resiste a contextos históricos de genocídio e etnocídio desde a chegada dos europeus à Abya Yala², posteriormente nomeada como América, até os dias de hoje, cerceado por ameaças a sua existência. Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 34) afirmam que “as formas modernas de uso dos recursos geralmente oprimem toda forma tradicional de manejo da natureza, incluindo os conhecimentos utilizados.”

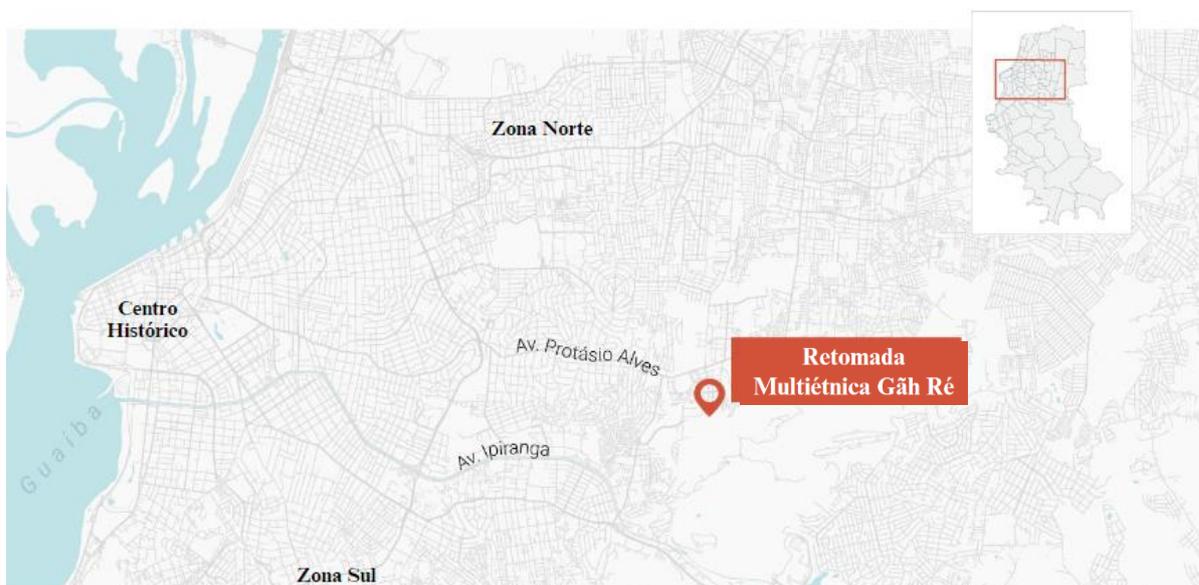
² Abya Yala é o nome do território correspondente ao continente americano pelo povo kuna, cujo significado é “terra viva” ou “terra madura”. O nome vem sendo usado pelos povos originários do continente como autodesignação e contraponto ao nome dado pelos colonizadores (WALSH, 2014).

A Retomada Multiétnica Gãh Ré localiza-se no Morro Santana, na Zona Leste de Porto Alegre (Figura 2), em um território sagrado para o povo Kaingang e que é alvo de uma longa disputa judicial. Apesar da luta e da presença kaingang nesse espaço, sua terra ainda não foi demarcada. A retomada é liderada por mulheres e organizada socialmente desta forma: A cacica Iracema Gãh Té comanda a comunidade e é também sua *kujá* (líder espiritual). Um de seus filhos, Karindé, é vice-cacique, e três irmãs de Gãh Té foram escolhidas como conselheiras (SANTOS, 2023).

Durante um ano retomando o território, a comunidade já construiu casas, uma escola e um centro cultural onde ocorrem atividades de debate e lazer, tudo feito pelas mãos dos próprios indígenas. A relação dessa comunidade com o Morro, no entanto, é muito mais antiga e há parentes de outros territórios do estado que se deslocam até ela para visitar ou morar.

O Morro Santana, com seus 311 metros de altitude e mais de 600 hectares de matas e campos nativos, é o ponto mais alto de Porto Alegre. É caracterizado pelos importantes remanescentes dos biomas Pampa e Mata Atlântica e é refúgio para animais e nascentes e afluentes do arroio Feijó e do arroio Dilúvio, sendo que esse último desempenha um papel de corredor ecológico entre essa região e o Guaíba. Grande parte da cobertura vegetal do morro é composta por espécies nativas, inclusive de plantas ameaçadas de extinção e protegidas por lei, valendo o mesmo para a fauna, da qual fazem parte animais ameaçados de extinção como os bugios.

Figura 2 - Mapa de Porto Alegre indicando a localização da comunidade



Fonte: adaptado do Jornal digital GauchaZH (2022)

OS SABERES INDÍGENAS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO

A crescente conscientização sobre a luta pelos direitos dos povos indígenas, bem como dos negros, resultou na Lei 11.645/2008, que torna o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira obrigatório na educação básica. Evidencia-se, a partir da mesma, a intenção de consolidação de uma Educação que abrange a diversidade cultural presente em nosso território. Segundo Nascimento (2019):

O estabelecimento da obrigatoriedade do ensino da história e das culturas dos povos indígenas no currículo das escolas, conquista para o movimento indígena brasileiro no plano legal, reflete um contexto de lutas internacionais pela afirmação dos direitos de minorias e grupos historicamente marginalizados. Tem se estabelecido, nas últimas décadas, uma política de reconhecimento das diversidades étnicas, raciais, culturais, de gênero, de pessoas com deficiência, dentre outras, a nível mundial que objetivam orientar as relações entre estados nações, por meio da assinatura de acordos, decretos e convenções internacionais (NASCIMENTO, 2019, p. 145).

Segundo Brandão (2007), a educação desempenha um papel central na criação de crenças e ideias e na capacitação e especialização, que incluem as trocas de símbolos, bens e poderes, os quais, em conjunto, formam variados tipos de sociedades, sendo esta sua força. No entanto, a inclusão da temática indígena como conteúdo na Escola desde a promulgação da Lei 11.645/2008 representou um desafio especialmente para educadores que nunca tiveram contato com ela nem com os próprios povos indígenas. Russo e Paladino (2016) concluíram que pouco mudou na forma com que essa temática é abordada em comparação com décadas anteriores. As populações indígenas seguem sendo representadas a partir de uma visão estereotipada e preconceituosa, apresentadas como algo que existiu no passado do Brasil ou generalizadas como “índios”, tendo sua ampla diversidade de etnias ignorada e seus conhecimentos vistos no máximo como algo que herdamos de uma cultura extinta.

Em escala local, a abordagem dessas temáticas parece ser ainda mais dificultada pela falta de conhecimento da presença de comunidades originárias na região Sul do Brasil e a ideia de que a existência dos povos indígenas é, além de arcaica, distante. Gomes (2011) relatou sobre atividades feitas em escolas de Porto Alegre, segunda cidade do Rio Grande do Sul com maior presença indígena, nas quais ao perguntar aos alunos se havia comunidades indígenas na cidade

e estado onde vivem, muitos responderam que não existem mais ou existem apenas alguns e que já existiram no passado.

Enquanto a Lei 11.645/2008 faz com que a cultura indígena seja aprendida, quando muito, como um conteúdo isolado nas disciplinas das Ciências Humanas e das Artes, a sociedade tem muito mais a aprender com os povos originários. Kaingang (2019) enfatiza que o ensino das culturas indígena e Afro-Brasileira não deveria se dar a partir da legislação, mas sim do reconhecimento dos próprios professores da contribuição desses povos para o país. O autor salienta o quanto seus conhecimentos têm a acrescentar, “trazendo as suas formas de pensar, de educar as crianças e seus processos próprios de construção de conhecimentos”.

A relação com a Natureza e o ensino de ciências

A presença dos povos indígenas em determinado território traz consigo questões mais complexas. Silva e Laroque (2015) mencionam que as coletividades indígenas representam uma forma diferente de ocupação do espaço e de significação da natureza quando comparadas com a ocidental, e portanto são consideradas, muitas vezes, entraves ao “desenvolvimento”. O Mestre Padilha³ relatou em entrevista para Baggio di Sopra (2020) sua visão dessa diferença, enfatizando a interdependência com a natureza em atividades cotidianas, mesmo em áreas urbanas: “a diferença de um Kaingang na cidade, de um homem branco, é que a gente descobriu que a natureza dá tudo pro ser humano, então a gente sempre tenta viver da natureza. Nós, mesmo aqui em Porto Alegre, nós sobrevivemos do artesanato, nós vamos buscar cipó no mato, vamos buscar taquara, remédio de ervas, frutas, lenhas quando a gente precisa” (João Padilha, 2020).

Fernandes e Piovezana (2015) pontuam que a tradição do povo Kaingang está ancorada em uma matriz ecológica e isso influi em sua perspectiva de conservação e de recuperação ambiental. Sua cultura, modo de vida e até sua identidade foram impactados pelos processos da colonização, portanto a recuperação das matas representa também a recuperação de parte de sua identidade. Os autores também colocam que a vida social dos Kaingang só é completa se estiver em interação contínua com a mata virgem; a própria disposição espacial das aldeias kaingang possui idealmente a casa no centro com áreas de plantio no entorno e a mata virgem circundando as mesmas (FERNANDES e PIOVEZANA, 2015). A Natureza possui ainda um caráter originador manifestado nas rezas e nas danças rituais, como colocam os autores: “O itinerário ritual também expressa esta concepção: o pinheiro é acalmado na mata e transportado para a

³ Liderança Kaingang do território da Borboleta, em Jacuizinho, RS.

praça de dança; o espírito do morto é separado dos vivos na praça de dança, através das rezas, e encaminhado para o cemitério” (FERNANDES e PIOVEZANA, 2015, p. 127).

Para os Kaingang, a terra é mais do que um espaço ou recurso para subsistência; ela é considerada uma mãe que os criou e sustenta (LAPPE e LAROQUE, 2015). Essa concepção perpassa uma ideia da terra e da Natureza como sujeitos que participam de relações com os sujeitos humanos, compondo juntos uma coletividade intrínseca. Como colocam os autores:

Na concepção dos indígenas Kaingang, sociedade e natureza, bem como humanos e não humanos, não representam categorias estanques, ou seja, são tratadas como coletividade que se inter-relacionam e se complementam. Na cosmologia Kaingang, semelhante ao que Pardini (2012) apresenta em seu estudo sobre ressonância histórica da ecologia amazônica, os animais e as plantas também são possuidores de espíritos. Dessa forma, no universo kaingang, humanos e animais participam da construção do cosmos, motivo pelo qual indígenas e natureza precisam estar frequentemente em relação (ROSA, 2011)” (LAPPE e LAROQUE, 2015, p. 152).

Para além dessa forma de significação e relação com a natureza distinta das perpetuadas na sociedade ocidental, os povos indígenas detém também um universo de conhecimentos acumulados ao longo de muito tempo. Comentam Toledo e Barrera-Bassols (2015):

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não teria sido possível. Trata-se dos saberes, transmitidos oralmente de geração para geração, e especialmente dos conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 33).

Além disso os povos indígenas, que vivem em intenso contato e troca com fatores bióticos e abióticos da natureza, possuem percepções próprias em relação a ela, diferentes das ocidentais e que os tornam os maiores defensores da Natureza em nossa sociedade, sustentando uma convivência destacadamente harmônica com ela. Krenak (2018) argumenta que “ecologia, para quem vive em uma floresta, é floresta viva a respirar e a inspirar: a vida da floresta é o suporte para a materialidade e a espiritualidade da existência, da cultura e da produção/reprodução da subsistência” (KRENAK, 2018, p. 1). Essas percepções merecem ser contempladas na educação em Ciências e Biologia, partindo da ideia de que estudamos a natureza para conservá-la; neste sentido, a visão dicotômica entre humano x Natureza x cultura não dá conta da complexidade existente nos conhecimentos, por exemplo, das comunidades e

povos tradicionais. De acordo com Ferreira (2017), “se a ciência por meio das invenções levou o ser humano a exercer domínio e exploração da Natureza, o saber sempre constituiu o meio que interliga as estruturas simbólicas e científicas. Nessa forma de domínio que circunda a Natureza está presente a figura do homem, sendo um ser natural, intervém com suas cosmovisões, seus instintos, suas cobiças, mas não esquecendo que faz parte dessa natureza e para sobreviver (FERREIRA, 2017, p. 37.)

A percepção ocidental da Natureza reproduzida na Escola dificilmente integra o ser humano ao meio e favorece a ideia cartesiana da Natureza como algo externo. Essa visão é perpetuada inclusive pelos livros didáticos, já que em um grande número deles, a Natureza e seus fenômenos são apresentados por partes, dificultando a compreensão da Natureza como um todo. O ar, a água, o solo e os seres vivos são apresentados em capítulos distintos, não estabelecendo as inter-relações existentes entre seres vivos e entre esses e o meio. Os vegetais são separados em capítulos: um para a raiz, outro para o caule e outro para as folhas; os animais estudados em classes isoladas: mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. Acabam isolando as partes, retirando-as do processo contínuo da Natureza, muitas vezes reduzindo-as aos fenômenos biológicos, físicos e químicos (MARTINS E GUIMARÃES, 2002, p. 9).

O ensino escolar de ciências é profundamente afetado pela forma que concebemos e nos relacionamos com a Natureza, o meio ambiente e os outros seres vivos. Em uma sociedade onde as ideias de desenvolvimento, lucro e empreendedorismo são embutidas nas vivências das crianças cada vez mais cedo e inclusive pelo próprio currículo escolar, torna-se cada vez mais necessária a busca por ferramentas que possam resgatar e inspirar uma relação de pertencimento, respeito e amor pela Natureza.

Disposições desta pesquisa

Pautada por essas percepções, a presente investigação se propõe a responder a seguinte questão: que aspectos da memória biocultural kaingang, evidenciados na história da retomada territorial do Morro Santana, podem dialogar com o ensino de ciências sensível à diversidade? Neste sentido, o objetivo central é de registrar, a partir da divulgação pelos veículos de mídia, a história da Retomada Gãh Ré por uma comunidade Kaingang de Porto Alegre, identificando, com a ajuda de minha vivência pessoal junto a ela, quais aspectos das práticas culturais, conhecimentos tradicionais e percepção socioambiental evidenciados na mesma são relevantes para uma educação em ciências pautada pelo respeito à diversidade biocultural.

Todo este trabalho é permeado pelo conceito de Memória Biocultural, proposto por Toledo e Barrera-Bassols (2015), que se refere às importantes práticas e conhecimentos ecológicos acumulados por comunidades tradicionais e povos originários, como as comunidades indígenas, e que em grande parte foram perdidos nas sociedades ocidentais.

O referido conceito reconhece a interconexão entre o conhecimento humano e o ambiente natural. Os autores destacam como os povos tradicionais, em especial os indígenas, possuem um conhecimento profundo sobre a biodiversidade, ecossistemas e ciclos naturais, que é transmitido de geração em geração. Isso inclui não apenas conhecimentos sobre plantas medicinais, práticas de manejo sustentável e técnicas de agricultura, mas também narrativas orais, rituais e crenças que refletem uma relação íntima e respeitosa com a Natureza.

Espera-se que este trabalho ajude a visibilizar e a fortalecer a identidade cultural da comunidade, proporcionando também um maior reconhecimento e valorização à herança cultural e à sabedoria kaingang com um público mais amplo. Espera-se suscitar reflexões no âmbito do ensino de ciências em direção a uma educação intercultural que não se restrinja à Educação Escolar Indígena, mas para a Educação Básica em geral, onde os saberes advindos da Comunidade Kaingang sejam integrados ao currículo escolar.

MEMÓRIA E AMNÉSIA BIOCULTURAL

O conceito de Memória Biocultural foi proposto por Toledo e Barrera-Bassols em 2015 e se refere ao processo de diversificação da espécie humana que acompanhou a diversificação biológica agrícola e paisagística. Em função de uma capacidade intrínseca de aproveitamento dos recursos, as populações puderam coevoluir com os demais seres na medida em que supriam suas necessidades materiais e espirituais. Essa diversificação representa, segundo os autores, a memória de nossa espécie.

As comunidades tradicionais conseguiram, às suas maneiras, manter uma tradição própria agregando novos elementos, cada uma interagindo com o ecossistema, as paisagens e a biodiversidade locais. Esses modos de vida estão intimamente ligados aos saberes e práticas desenvolvidos evolutivamente por nossa espécie ao menos desde a Revolução Agrícola, 10 ou 12 mil anos atrás, quando a agricultura surgiu em um processo coevolutivo de diversificação em que os seres humanos acabaram criando aproximadamente 1.400 novas espécies vegetais e animais e de centenas de milhares de raças e variedades (PUPO, 2018). As sabedorias, que são passadas de geração a geração e permitiram a permanência dessas comunidades em um

mesmo lugar durante muito tempo, representam o que ainda resta da memória da espécie humana (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015)⁴. Pupo (2018) aponta a Memória Biocultural como responsável por esse acúmulo de conhecimentos dos povos do campo e por garantir à espécie humana as adaptações necessárias para sobreviver no planeta.

Contudo, atualmente esses saberes encontram-se ameaçados por diversos fatores. A imposição cultural no decurso de todo o processo colonizatório compromete a perenidade das condições de existência social dos povos tradicionais. De acordo com Pupo:

A gravidade desse fato reside na compreensão de que, além das vidas humanas e não humanas da biodiversidade do sul, a ameaça recai também sobre a “consciência histórica comunitária”, portadora da memória biocultural: ao comprometer a diversidade biológica, genética, linguística, cognitiva, agrícola e paisagística coloca-se em risco o complexo biológico-cultural, produto de milhares de anos de interação entre as culturas e os ambientes naturais, interação que permitiu e permite à espécie humana adaptar-se continuamente a um complexo mundo em constante processo de mudança (PUPO, 2018, p. 870).

O extermínio dos atores da agrobiodiversidade e a conseqüente erosão de seus conhecimentos nunca obteve uma resposta a partir da esfera política. Os movimentos indígenas, dos trabalhadores sem-terras, quilombolas e pequenos agricultores continuam em luta, embora haja esforços para mantê-los ocultos.

Toledo e Barrera-Bassols (2015) nomeiam amnésia biocultural uma posição de desmobilização e silenciamento de saberes e modos de ser e estar no mundo que são subjugados em nome de tecnologias e saberes científicos, considerados universais a partir da perspectiva moderna. A nova cultura ocidental desvaloriza os conhecimentos tradicionais e seus sujeitos, mesmo que ambas as formas de conhecimento se relacionem sistematicamente ao menos desde o século XVI (Toledo e Barrera-Bassols, 2015).

Estudos recentes indicam uma tendência à perda rápida dos conhecimentos ecológicos tradicionais, sobretudo aos associados às plantas e seus valores etnobotânicos e etnomedicinais (ASWANI et al., 2018). Os fatores associados como possíveis causas das transformações e perdas dessa sabedoria em geral se relacionam com as mudanças ambientais, sociais e econômicas decorrentes do processo de globalização e modernização (GOMEZ-BAGGETHUN e REYES-GARCÍA, 2013). Em conjunto com a urbanização, esses processos afetam diretamente o acesso e a disponibilidade de recursos naturais, dificultando a transmissão

⁴ Pupo (2018) compreende que essa memória organiza o que é regularmente conhecido como “saberes populares, locais ou tradicionais”.

intergeracional do conhecimento ecológico tradicional e podendo alterar os padrões de transmissão cultural e lacunas entre gerações (VAN LUIJK, 2023).

O próprio desenvolvimento da História Natural, na Europa, teve vários desdobramentos em nossa cultura, de acordo com Pupo (2018). Um deles foi a manifestação de uma consciência ecológica e ambiental europeia que motivou um desejo pela reconexão das pessoas com a Natureza. O autor coloca que esse não parece fazer sentido para os povos originários e do campo, porque eles em nenhum momento deixaram de ser “biológicos” ou “da Natureza”, ou talvez porque nunca tenham sido nem queiram ser, pelo menos na acepção de vida e ambiente construída no discurso hegemônico. A Agroecologia, nesse âmbito, tem se mostrado como um método com condição de compor sistemas agrários alinhados ao metabolismo universal da Natureza, mesmo que limitada a experiências autônomas, e está profundamente relacionada à conservação desses aspectos relacionais. Ela representa a síntese entre o conhecimento científico historicamente acumulado pelo ocidente e os conhecimentos dos povos do campo compreendidos na memória biocultural (PUPO, 2018).

Ademais, a presença dos povos indígenas está relacionada com a conservação dos territórios que ocupam. Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015) os mesmos se fazem presentes em uma parte considerável dos ecossistemas menos perturbados do planeta. Nas áreas de florestas tropicais remanescentes há uma correspondência com essa presença. Esses dados inspiram questionamentos em relação à possibilidade dos seres humanos viverem em determinado local sem necessariamente prejudicar o restante do ecossistema, entrando em contraste com uma ideia de que para conservar a natureza é necessário que não toquemos nela. Como, por milênios, os seres humanos influenciam e sofrem influência da natureza, é até impossível conceber um isolamento total (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). Segundo Balée e Erickson (2006), onde quer que os seres humanos tenham caminhado, o ambiente é diferente, às vezes só um pouco, quase de forma imperceptível, outras vezes de forma drástica.

Ladeira (2004) acrescenta que destacar o modo de vida dos povos indígenas como um fator de impacto em áreas de preservação enquanto crimes ambientais são realizados de modo impune diariamente é algo a ser questionado, e alerta para a necessidade de mudar a concepção sobre a relação entre indígenas e parques ser oposta e pouco construtiva. No mesmo sentido, Paulo Celso de Oliveira-Pankararu (2004) afirma que a devastação do meio ambiente é consequência da maneira predatória que os não indígenas desenvolvem suas atividades econômicas e é necessário considerar que a lógica de relação dos indígenas com o ambiente não é a mesma que a dos brancos. Ao longo de muitos séculos anteriores à invasão colonial os

indígenas têm habitado todos os ecossistemas do país, adaptando suas vidas e contribuindo com eles, preservando para garantir a qualidade de vida de suas comunidades.

Conforme Pupo (2018) o descenso da memória biocultural como mediadora de nossa relação com a Natureza é uma das causas da crise ambiental iniciada no século XIX, que o autor prefere definir pelo conceito de “falha metabólica”.

A relação histórica entre terras e a questão ambiental no Brasil fortalece o discurso que relaciona as agressões ecológicas às agressões contra as condições de existência das comunidades do campo. Os modos de ensinar ciências que prevalecem no sistema educacional, influenciados pela História Natural e pelo ambientalismo europeu, precisam ser reconstruídos a partir do protagonismo histórico dos povos do campo na questão socioambiental (PUPO, 2018). Ainda, a padronização dos sistemas educacionais pode erodir mais ainda os conhecimentos ecológicos tradicionais (ASWANI et al., 2018), junto especialmente à preocupação do ensino de conhecimentos científico-escolares fundamentados apenas no conhecimento científico ocidental (SILVA e BAPTISTA, 2018). A escolarização, segundo Reyes-García e colaboradores (2010), pode influenciar de modo positivo ou negativo o conhecimento ecológico tradicional; fornecendo habilidades e competências para favorecer a aprendizagem ou então atuando pela redução desse conhecimento.

INTERCULTURALIDADE E SABERES INDÍGENAS

Os povos indígenas, segundo Canclini (2007, apud BERGAMASCHI e GOMES, 2012, p. 54), são os mais preparados para o diálogo intercultural, afinal eles costumam conhecer a cultura envolvente (como a língua nacional) para que consigam dialogar com outras sociedades. Assim, muitos estão em um trânsito contínuo entre saberes tradicionais e modernos. De acordo com o autor, a interculturalidade não se encontra simplesmente nesse diálogo, mas no uso de elementos da cultura do outro para qualificar o mesmo. Na Retomada Gãh Ré, escutei que o destino dos indígenas é “viver nas duas culturas” e é necessário que conheçam a cultura dos brancos para suas próprias conquistas de direitos, para conseguir dialogar e saber o que está acontecendo.

A partir da perspectiva da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007), que reconhece a existência de múltiplos conhecimentos e saberes que coexistem na sociedade, sem hierarquizá-los, valorizando a diversidade cultural e epistemológica, precisamos pensar uma Educação que vá além do conhecimento hegemônico ocidental e abra espaço para o diálogo e a interação entre

diferentes formas de conhecimento. Nesse sentido, os saberes indígenas trazem uma visão de mundo, de natureza, de relações sociais e de conhecimento que difere da perspectiva ocidental dominante. Eles inclusive colocam como necessária a revisão do pensamento colonial, que deslegitima e exclui formas de saberes não ocidentais e coloca o saber científico como o único que pode produzir e socializar conhecimentos universalmente (LOPES et al, 2019). Chassot (2003) em contrapartida, reconhece que “a Ciência pode ser considerada como uma linguagem construída pelos homens e pelas mulheres para explicar o nosso mundo natural, portanto, como uma das construções humanas, ela também é mutável e falível”.

Para mudar isso, Jesus e Lopes (2021) concluem que reconhecer a diversidade cultural (perspectiva do multiculturalismo) não é suficiente, e precisamos compreender as relações estabelecidas entre diferentes culturas a partir de seus sujeitos, com olhar sensível para o outro (concepção da interculturalidade). Walsh (2009) defende que essa só será significativa quando assumida criticamente como ação e projeto a intervir na matriz da colonialidade do poder. Esse, caminha em direção à construção de outras formas de poder, ser, saber e viver (WALSH, 2013). Em conformidade com a autora:

Reconocer la operación de esta colonialidad del saberes, entonces, dar cuenta de la negación de otras formas de producción del conocimiento que no sean blancas, europeas y “científicas” en el sentido cartesiano y newtoniano. El asunto, entonces, no es sólo la elevación de la perspectiva eurocéntrica del conocimiento como perspectiva única, sino también la autoridad que esta hegemonía tiene en determinar qué es conocimiento, y quiénes lo producen. Desde esta determinación, tanto el legado intelectual-ancestral de los pueblos indígenas y afrodescendientes, como sus formas eurocéntricas de producción de conocimiento están rehusados (WALSH, 2007, p. 29, grifos da autora).

O diálogo entre a interculturalidade na Escola e o ensino de ciências

No âmbito educacional, a perspectiva da interculturalidade se torna uma proposta de “educação para a alteridade”, conforme destaca Fleuri (2003), pois se trata de um ponto de vista baseado no respeito à diferença e que floresce no reconhecimento da paridade de direitos, sendo entendida como estratégia ética, política e epistêmica (CANDAUI; RUSSO, 2010). Jesus e Lopes (2021) entendem a escola como um espaço potente para o diálogo intercultural dos saberes, como o tradicional e o científico, e que continuar na perspectiva da visão eurocêntrica silencia a cultura local na escola, que é um espaço de interação social, e leva à subalternização das formas de ser, pensar e estar no mundo (WALSH, 2013; JESUS, 2019).

O ensino de ciências, especificamente, pode gerar novas formas de colonialismo, quando centrado na valorização exacerbada de uma ciência eurocêntrica, branca e masculina

que detém verdades únicas sobre a natureza. Assumindo essa visão da ciência, nega-se toda a contribuição do conhecimento local como produção humana e forma de ver e agir no mundo, gerando o que Quijano (2000), Santos e Meneses (2010) descrevem como efeitos da colonialidade do saber-poder: o fortalecimento de histórias, práticas e conhecimentos que não são locais, contribuindo pouco ou nada para a manutenção dos povos e de seus saberes ancestrais.

Lopes e colaboradores (2019) defendem um ensino onde a educação intercultural não seja uma tarefa adicional e marginalizada em relação ao currículo, mas sim uma prática que contribua para ensinar e aprender a viver juntos em um mundo partilhado entre todos os humanos, em um processo de relativização das verdades consolidadas de forma monocultural e autoritária no ensino escolar. Pupo (2018) ressalta o desafio de comprometermo-nos com os interesses populares de modo a estudar os caminhos de superação da “falha metabólica”. A partir disso, toda diversidade cognitiva que informe sobre a memória biocultural das comunidades rurais “merece nosso reconhecimento como riqueza humana a ser preservada, valorizada e estudada” (PUPO, 2018, p. 887). Sendo assim, precisamos romper com o pensamento exclusivamente ocidental para promover um ensino problematizador e compreendido de acordo com os contextos locais, a partir do diálogo intercultural (JESUS e LOPES, 2021).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa documental e narrativa

A natureza deste trabalho é qualitativa e foi empregada uma abordagem metodológica que compreende características da pesquisa narrativa e da pesquisa documental.

A pesquisa documental foi utilizada com a finalidade de trazer um panorama dos trabalhos de pesquisa da área de educação em ciências que dialogam com a memória biocultural e com os conhecimentos indígenas. Para tanto, realizou-se uma revisão de trabalhos nas plataformas Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, considerando os últimos 5 anos.

A pesquisa documental também se fez presente na análise reflexiva e contextualizada das narrativas midiáticas sobre a Retomada Multiétnica Gãh Ré, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos diferentes pontos de vista e narrativas presentes na cobertura jornalística. Nessa estratégia metodológica, o conceito de metatexto desempenha um papel crucial, referindo-se a elementos textuais que comentam, explicam, interpretam ou refletem

sobre o próprio texto. Ao investigar publicações na mídia sobre a Retomada Gãh Ré, os metatextos, como manchetes, subtítulos e opiniões expressas pelos autores, contribuem para a compreensão não apenas do conteúdo explícito, mas também das estratégias discursivas utilizadas na construção da narrativa.

Já a pesquisa narrativa baseia-se na minha vivência pessoal na comunidade, priorizando a aproximação com os saberes e cosmovisão indígena, conforme preconizado por Franceschi (2019). A convivência com o povo Kaingang segue uma abordagem de Ciências que busca aprender a partir dos seus saberes, sem interferir de maneira vertical nem englobá-los para serem usados na academia. A pesquisa narrativa estará presente a partir de minha experiência com a comunidade da Retomada Multiétnica Gãh Ré, em comunicação com o registro dos acontecimentos veiculado pela mídia nesse período de tempo. É relevante destacar que a escolha da pesquisa narrativa como parte integrante da metodologia é respaldada por Suárez (2016), que a defende não apenas como uma dimensão de pesquisa, mas como uma prática abrangente de investigação-formação-ação em que formas de interpretação do mundo transpassam a escrita e as experiências e memórias práticas ganham sentido.

As etapas da pesquisa narrativa, de acordo com Suárez (2016), podem ocorrer de forma isolada ou em conjunto e desmembram-se em: a seleção de quais vivências e memórias serão registradas, a redação e reformulação de versões /do relato, a análise, os feedbacks e os debates sobre essas diferentes versões, a revisão pedagógica delas e a divulgação e circulação dos documentos narrativos. A temporalidade na pesquisa narrativa será cuidadosamente considerada, permitindo uma compreensão dinâmica dos eventos ao longo do tempo.

Análise Textual Discursiva

Na análise das publicações na mídia, a abordagem utilizada foi a da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi (2007), que permitiu reconstruir os conhecimentos existentes sobre o assunto investigado. Essa metodologia:

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução do texto do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 12).

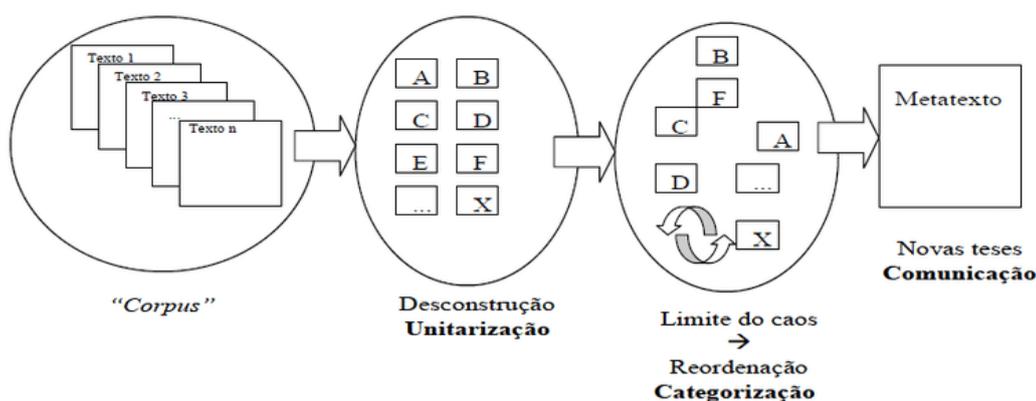
Essa estratégia permite uma compreensão mais aprofundada dos discursos presentes nas notícias, identificando não apenas o que está sendo dito, mas também as diferentes representações e construções de sentido presentes nos textos. Galiazzi e Sousa (2021) atentam

para a importância da narrativa como movimento que leva as interpretações e organizações em direção à compreensão, de modo que a descrição precisa ser densa, intensamente empírica e detalhada, trazendo o destaque de Moraes e Galiazzi:

Para que uma produção escrita seja válida, tanto em seus aspectos descritivos como interpretativos, os sujeitos da pesquisa precisam se sentir contemplados em seus modos de compreender os fenômenos investigados. Assim, os textos produzidos precisam expressar mais do que a compreensão pessoal do pesquisador. Precisam descrever explicações e compreensões dos participantes, ainda que reconstruídas pelo pesquisador. Isso, evidentemente, não precisa ser atingido num sentido pessoal de cada participante, mas num sentido discursivo coletivo, numa base sociocultural, segundo expressão de Marques (MORAES E GALIAZZI, 2007, apud GALIAZZI e SOUSA, 2021, p. 81).

A ATD se organiza nas seguintes etapas: Unitarização, Categorização e Comunicação (Figura 3). Isso ocorre a partir de um conjunto de textos que constituem o *corpus* da pesquisa. Na fase de Unitarização, a partir da leitura dos trabalhos, emergem as Unidades de Análise, balizadas a partir dos objetivos da pesquisa. Após, há a reordenação destas unidades, que se organizam agora em Categorias e, posteriormente, na Comunicação dessas através de um Metatexto. Neste Metatexto, há não só a descrição, mas a interpretação e análise que, no caso da presente pesquisa, se intercala também às vivências pessoais.

Figura 3: Sistematização do processo de Análise Textual Discursiva



Fonte: TORRES et al. (2008)

Sendo assim, há uma importante dimensão subjetiva no processo de descrição dos fenômenos analisados para a qual a narração das percepções a partir de minha experiência, em diálogo com as reportagens, mostrou-se essencial.

Para tanto, foram selecionadas 39 reportagens de diferentes fontes, compreendidas entre os anos 2022 e 2023, relacionadas à temática da pesquisa e que estão listadas na tabela abaixo⁵. O critério de seleção dessas reportagens foi tratarem da Retomada Gãh Ré, estarem integralmente disponíveis na web (em sites de jornais, revistas, no Youtube ou no Instagram) e terem livre acesso. Elas serão mencionadas ao longo do texto de acordo com os códigos correspondentes.

Tabela 1: Reportagens utilizadas na Análise Textual Discursiva

Código	Reportagem
R1	<i>“Resistir para cuidar a mãe natureza” - Nasce a Retomada Multiétnica Kaingang Xokleng Popular Gãh Ré, no Morro Santana, em Porto Alegre-RS</i> ” - Coletivo Catarse
R2	<i>“Retomada Multiétnica Gãh Ré”</i> - Coletivo Catarse
R3	Registros da Retomada no dia 13 de novembro de 2022 - Preserve Morro Santana
R4	<i>“Gãh Ré em defesa do território”</i> - Coletivo Catarse
R5	<i>“Justiça suspende reintegração de posse imediata no Morro Santana e cacica encerra greve de fome”</i> - Sul21
R6	<i>“Nota de solidariedade à Retomada Gãh Ré”</i> - Teia dos Povos
R7	<i>“Mantida reintegração de posse de imóvel ocupado por indígenas”</i> - Portal de Notícias 4R
R8	<i>“Cacica da Retomada Gãh Ré, no Morro Santana, anuncia início de greve de fome”</i> - Jornal GGN
R9	<i>“Entenda a disputa entre indígenas e empresa do ramo imobiliário por terra no Morro Santana, em Porto Alegre”</i> - Gaúcha ZH
R10	<i>“Instituto Candeeiro apoia luta dos povos Kaingang e Xokleng pela retomada no Morro Santana, em Porto Alegre”</i> - Instituto Candeeiro
R11	<i>“Retomada Kaingang e Xokleng sofre reintegração de posse em Porto Alegre”</i> - Jornal Extra Classe
R12	<i>“Contra reintegração de posse, cacica Kaingang faz greve de fome: “só saio daqui no caixão””</i> - Diário Carioca
R13	<i>“Polêmica na Capital: Empresa quer construir torres residenciais onde vivem indígenas”</i> - Jornal SBT Rio Grande
R14	<i>“Povos indígenas reivindicam área no Morro Santana, em Porto Alegre”</i> - Terras Indígenas no Brasil

⁵ As reportagens estão referenciadas ao final do texto do trabalho em conjunto com o restante da bibliografia consultada, com os links de acesso a todas elas.

R15	<i>“18 de janeiro. Três meses da noite da volta ao território ancestral Kaingang - que é o Morro Santana, em Porto Alegre (RS).” - Deriva Jornalismo</i>
R16	<i>“Registros de sábado (28) na Retomada Gãh Ré.” - Instagram da Retomada Gãh Ré</i>
R17	<i>“Retomada Gãh Ré: indígenas vivem incerteza em meio a disputa judicial” - Humanista</i>
R18	<i>“Retomada multiétnica Gãh Ré é tema de debate em comissão da Câmara de Porto Alegre (RS)” - Brasil de Fato</i>
R19	<i>“Retomada Kaingang em Porto Alegre tem apoio de 38 entidades” - Agapan</i>
R20	<i>“Depois de ir a Brasília, cacica confia em avanço de demarcação de terra indígena no Morro Santana” - Centro Feminista de Estudos e Assessoria</i>
R21	<i>“Atualização pós queimada no Morro Santana” - Preserve Morro Santana</i>
R22	<i>“Justiça Federal concede nova liminar de reintegração de posse contra a Retomada Gãh Ré, no Morro Santana, em Porto Alegre” - Conselho Indigenista Missionário</i>
R23	<i>“Indígenas da Retomada Gãh Ré do Morro Santana ocuparam Funai em Porto Alegre” - Sindiserf</i>
R24	<i>“Alguns momentos no sábado do I Encontro Artístico, Político e Espiritual de Mulheres da Teia dos Povos em Luta no RS, com a guiança das nossas mais velhas e muito canto de luta.” - Teia dos Povos RS</i>
R25	<i>“Comunicado da Retomada Gãh Ré” - Instagram da Retomada Gãh Ré</i>
R26	<i>“Na semana que a Retomada Gãh Ré completa cinco meses, enfrenta novamente uma ameaça de reintegração de posse da Justiça Federal de Porto Alegre.(...)” - Deriva Jornalismo</i>
R27	<i>“Ecotrilha no Morro Santana: colheita da Marcela!” - Preserve Morro Santana</i>
R28	<i>“Antes do Brasil da coroa, o Brasil do cocar.” - Instagram da Retomada Gãh Ré”</i>
R29	<i>“Neste momento (16h) em Porto Alegre, concentração para Manifestação contra o Marco Temporal!” - Instagram da Retomada Gãh Ré</i>
R30	<i>“ATL 2023 dia 26/04. Povos Originários decretam Emergência Climática” - Coletivo Catarse</i>
R31	<i>“Aí estão registros de uma luta que deveria ser de todes nós!” - Instagram da Retomada Gãh Ré</i>
R32	<i>“Exemplo que Inspira “ - Jornal do Comércio</i>
R33	<i>“Ressignificando territórios: a ancestralidade indígena no Morro Santana” - Michelle Garcia Santos, Medium</i>
R34	<i>“Desabafo de uma cacica” - Instagram da Retomada Gãh Ré</i>
R35	<i>“Acontecendo agora reunião com lideranças de quatro retomadas do Rio Grande do Sul na FUNAI em Brasília cobrando a demarcação dos territórios.(...)” - Deriva Jornalismo</i>

R36	“Pouco a pouco as paredes vão se erguendo na primeira casa de madeira da Retomada Gãh Ré.(...)” - Instagram da Retomada Gãh Ré
R37	“(...) Celebração, dia 18 de outubro de 2023, do um ano de Retomada Gãh Ré.” - Deriva Jornalismo
R38	“Na tarde de quinta (2), a chuva abundante durante a abertura do Encontro de Um ano da Retomada Gãh Ré reforçou o convite da escuta radical como ação.” - Instagram da Retomada Gãh Ré
R39	“De quinta (2) a domingo (5), celebramos o um ano de Retomada Gãh Ré.(...)” - Instagram da Retomada Gãh Ré

Dessas reportagens, foram selecionados trechos como unidades de significado, posteriormente agrupados em categorias de análise criadas *a posteriori*, a partir da leitura dos textos. As unidades foram contempladas nas seguintes categorias:

- ★ *Morro Santana: território ancestral*: contempla as unidades com sentido relativo à história do Morro Santana, da construção da Retomada e da relação ancestral e espiritual da comunidade com ele. Elas vieram dos textos das reportagens 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 25, 32, 33 e 37.
- ★ *Lucro, destruição da Natureza e extinção de povos*: contempla as ideias relacionadas à devastação ambiental, ao histórico de empresas que impactaram negativamente o Morro Santana e a população e às dificuldades advindas da justiça para com os povos indígenas, a partir das reportagens: 5, 6, 7, 8, 12, 18, 22, 23, 26, 31, 33 e 34.
- ★ *Movimento indígena: lutas pela demarcação, justiça e existência*: abrange as iniciativas, conquistas e desafios no âmbito político e da luta por direitos dos povos indígenas, evidenciados nos textos das reportagens: 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 23, 24, 29, 33, 35, 36 e 38.
- ★ *Cultura, espiritualidade e projeto de sociedade em harmonia com a Terra*: contempla as unidades relacionadas à cultura e relação dos Kaingang com a Natureza, suas práticas de conservação e projeto de sociedade. Sua origem vem dos textos 2, 4, 9, 11, 15, 16, 17, 19, 21, 27, 28, 30, 32, 35 e 39.

Cabe ressaltar que a separação das unidades de sentido nessas categorias, com exceção da categoria “Lucro, destruição da Natureza e extinção de povos”, têm uma certa plasticidade, pois ancestralidade, relação territorial e com a terra, cultura e espiritualidade e sua luta pela própria existência são dimensões da vivência dos povos originários que se atravessam e

relacionam em todos os momentos. Essa seleção foi a que considerei mais harmônica em minha análise, mas estas três categorias dialogam intimamente entre si e poderiam ser organizadas em combinações diferentes dos conceitos utilizados.

Em sequência, foi construído um metatexto descritivo e interpretativo acerca daquelas reportagens, como fizeram Santos e Halmenschlager (2021), que também analisaram reportagens a partir dessa estratégia. A escrita encerra-se com um convite para refletir sobre como os aspectos desses textos podem ser temas geradores para o ensino de ciências.

Conforme destacam Moraes e Galliazzi (2007), a análise textual discursiva proporciona uma leitura crítica dos discursos, considerando os elementos linguísticos, sociais e culturais que permeiam a produção textual.

REVISÃO DE LITERATURA

Na busca por trabalhos que relacionassem o ensino de ciências com a interculturalidade e os conhecimentos indígenas ou a memória biocultural, foram encontrados 14 trabalhos realizados nos últimos 5 anos que se relacionam com a temática desta pesquisa. Em sua maioria, são pesquisas feitas em escolas indígenas de diversas etnias espalhadas pelo Brasil, investigando o uso de saberes e práticas do cotidiano das aldeias na educação escolar dos próprios povos - ou então, pelo contrário, a ausência de conteúdos próprios das culturas na educação escolar de suas crianças. Algumas também foram pesquisas feitas com estudantes universitários de cursos de Licenciaturas Indígenas sobre o encontro de saberes tradicionais e científicos. Gonçallo e colaboradores (2019) propuseram uma sequência didática discutindo a importância das plantas medicinais para indígenas e não indígenas, com a finalidade de valorizar e preservar a medicina tradicional, além de enfraquecer a dependência da população dos medicamentos farmacêuticos.

Tabela 2: Trabalhos relacionados ao tema da pesquisa no Portal da Capes

Nome do artigo	Autores	Ano
Comidas típicas Kaingang e o ensino de ciências na Educação Indígena.	JACINTO, K.S.; MUNCHEN, S.	2022
Concepções de biodiversidade para futuros professores de Ciências da Natureza.	SANTOS, E.F.; SANTOS, S.S.C.; PAGAN, A.A.	2021
Educação Matemática em Contextos Interculturais: uma interpretação lógico-matemática para a dualidade Kaingang Kamé-Kairu	BERNARDI, L.S.; SANTOS, J.A.	2021

Ensino de ciências, interculturalidade e decolonialidade: possibilidades e desafios a partir da pesca com o timbó	DE JESUS, Y.L.; LOPES, E.T.	2020
Flecha do tempo: origem do pensamento, conhecimento e representação da realidade por indígenas.	SOARES, M. G.; ALENCAR, J. C. P.; DA SILVA, M. F.; FARO, C. L. da C.	2018
Interculturalidade e Educação: abordando a Temática Indígena na Educação Básica	GONÇALLO, R. L. A.; KATO, D. S.; OVIGLI, D. B.; SANTOS, E. C. A. dos.	2019
Interculturalidade na perspectiva bakairi do ensino das ciências da natureza na escola indígena.	LOPES, E.T.; GRANDO, B.S.; TAUKANE, D.Y.; TAWANRE, E.M.K.; JESUS, Y.L.	2019
Interculturality and science teaching: A classroom daily routine	VALADARES, J.M.; JUNIOR, C.S.	2020
Investigação Temática Freireana e o Ensino de Ciências no Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho	ASSIS, V.C.; RÉDUA, L.S.; KATO, D.S.	2020
Los conocimientos faunísticos en el estudiantado de escuelas rurales: Una guía para su reconocimiento en la clase de ciencias naturales	BARBOSA, R.H.	2018
O ensino de ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de saberes indígenas sobre plantas Amazônicas	IVES-FELIX, N.O.; BARROS, F.B.; NAKAYAMA, L.	2019
Por uma Ciência popular da vida: ancestralidade e Agroecologia na formulação das Ciências da Natureza da Educação do Campo	PUPO, M.A.V.	2018
Resenha de Enhancing School Science with indigenous knowledge: what we know from teachers and research: enhancing school science with indigenous knowledge review: what we know from teachers and research.	CREPALDE, R. dos S.	2019

Fonte: Portal da Capes, 2023 (compilado pela autora).

Uma publicação se destacou especialmente por sua relevância para a proposta deste trabalho: uma resenha de um livro canadense dedicado à formação continuada de professores da rede pública de uma cidade (CREPALDE, 2019). O livro fazia parte de um conjunto de políticas públicas de reconciliação com os povos aborígenes canadenses a partir do pedido de desculpas do primeiro-ministro em 2008 pelas violências materiais e imateriais decorrentes do processo de colonização. O material traz relatos de vários professores sobre estratégias didáticas proveitosas e as formas com que deram sentido aos novos conhecimentos (referentes aos povos originários do país) implementados no currículo, chamando atenção a convivência dos próprios educadores com os povos indígenas e a importância da disposição do professor para uma

sensibilidade intercultural; o reconhecimento da ciência como subcultura dentre muitas outras da cultura ocidental e o enriquecimento da visão de mundo e repertórios dos modos de conhecer a natureza dos alunos não-indígenas a partir de seu engajamento na aprendizagem dos conhecimentos indígenas, para além dos desafios e carências do sistema de ensino.

Chama atenção o fato de que apenas a pesquisa de Crepalde (2019) e Gonçallo (2019) discutem a importância da cultura indígena na educação regular (sendo um deles inclusive estrangeiro), enquanto a maior parte dos trabalhos fala sobre a Educação Escolar Indígena, apesar dos esforços já discutidos aqui de diversos estudos no sentido de criticar a forma com que os saberes indígenas são trabalhados nas escolas. O campo quase inexplorado de estudos sobre a interculturalidade no ensino regular de ciências, enquanto muitos trabalhos mostram o sucesso da Educação Escolar Indígena em relação à mesma temática, suscita o questionamento de o que se pretende com a interculturalidade da qual falamos e em quem ela deve chegar.

A CONSTELAÇÃO DA GÃH RÉ NO CÉU DAS MÍDIAS: Um metatexto

Morro Santana: território ancestral

Atendendo a um chamado de espírito, no dia 18 de outubro de 2022 as famílias Kaingang e Xokleng ocuparam uma área indígena pré-colonial do Morro Santana que tornou-se o território da Retomada Multiétnica Gãh Ré, que significa Terra do Sol. Esse espaço sagrado, de aproximadamente 15 hectares, estava sem uso há 40 anos e possui importância histórica e arqueológica para a comunidade, além de particularidades que permitem que ela possa viver de acordo com seu modo de vida tradicional. Em meio às araucárias, figueiras e pés de marcela que subsistem no Morro Santana, antepassados viveram suas vidas, umbigos dos vivos foram enterrados e casas subterrâneas foram construídas. Na memória dos participantes da retomada, há cinco locais sagrados nos arredores: *Pó mag*, *Pó Inh*, *Ré tej kri*, *Ri Ró kupri* e *Goj Rór* (R33).

Pó mag (pedreira) se refere a um local no pé do afloramento rochoso onde encontram-se enterrados embaixo de araucárias os umbigos das crianças que nasceram lá. Cada criança que nasce entre os Kaingang tem seu umbigo enterrado em um local que passa a ser sagrado, pois ela integra o corpo do território em que terá uma missão de retornar futuramente⁶. É uma prática em que se afirma o vínculo do Kaingang com seu território. *Pó Inh* (casa de pedras) é

⁶ O nome que a criança kaingang recebe vem do mato e a nomeação se dá em um ritual com banho de ervas. Baptista da Silva (2002) diz que as funções, como *pej* (responsabilidade pelas atividades relacionadas aos mortos) são atribuídas a eles desde crianças.

uma casa subterrânea próxima à pedreira construída pelos ancestrais e onde eles se escondiam. Ela está soterrada debaixo de uma construção de pedras feita durante a Guerra Farroupilha, e os Kaingang ainda conseguem escutar as vozes de quem esteve lá dentro. *Ré tej kri* (o topo do Morro) é um local de reconexão espiritual consigo mesmo, onde é possível recarregar as boas energias e a saúde para ver as coisas como elas são. *Ri Ró kupri* são pedras onde se escutam os *jagré* (espíritos guia). *Goj Rór*, por fim, são olhos d'água no morro, onde se realizam rituais de batismo, nascentes sagradas cujo valor é imaterial. Uma delas foi inclusive destruída com a construção de um dos condomínios em cima.

A cacica Iracema Gãh Té conta que teve sua vida atravessada por anos de luta pela terra (R18). Sua história tem mais de trezentos anos e, segundo ela, levaria tarde e noite para ser contada (R32). Enquanto os condomínios sobem o Morro Santana, dizimando a mata nativa junto aos animais que se alimentam de seus frutos, Gãh Té esteve durante os 40 anos em que o espaço da Retomada se encontrou sem função social cuidando da vida que ali existe. Seu avô possuía um terreno no Morro que fora detonado no andamento das construções (R1). Iracema diz que sentia quando cada mato caía para a construção dos condomínios no Morro (R13), que é essencial para o equilíbrio ambiental da cidade.

Formalmente, a área da Retomada pertencia aos Maisonnave, uma família de banqueiros ligados ao capital financeiro e com dezenas de imóveis penhorados na justiça (R1). Os indígenas reconhecem que esse banco enriqueceu em cima da exploração da sociedade. Até a década de 1970, funcionou um complexo de pedreiras da Mineradora Depósito Guaporense, propriedade de José Asmuz, em situação ambiental irregular (R10). O mesmo foi desativado com a falência da mineradora de Asmuz em 1981 e posterior hipoteca do terreno ao Banco Maisonnave (R20). A pedreira, parte do Morro em que as pedras se encontram detonadas e sem vegetação, é entendida pelos Kaingang como uma grande ferida a céu aberto. Desde então, essa parte do Morro vem passando por um processo de regeneração ambiental. Durante o descanso da terra, a vida selvagem pode habitar novamente a área e se reintegrar à ecologia do morro. A Mata Atlântica e o Pampa encontrados nele são sobreviventes do avanço desenfreado da ocupação urbana, conhecida na cultura kaingang como “empreendimentos dos brancos” (R10), que trazem uma série de violências drásticas aos mesmos povos que há mais de 500 anos sofrem com uma guerra de aniquilação, conquista e destruição de seu mundo e espaços de vivência ancestral.

Apesar dos Maisonnave alegarem judicialmente que o grupo dos Kaingang atualmente presentes ocuparam o local somente na data em que nasceu a Retomada, eles vivem

tradicionalmente lá ao menos desde os anos 1980, lutando pela manutenção da ecologia. Como os povos indígenas precisam mostrar sua conexão com seus territórios, muitas pessoas ficam em um lugar por determinado período e saem para outras retomadas para prestar apoio (R9). As crianças de Gãh Té nasceram no Morro e a comunidade jamais deixou de acessar suas trilhas e matas para colher ervas para a medicina, materiais para o artesanato e realizar rituais.

Esse lugar pertence aos Kaingang e já era seu território: “a cidade que veio até nós”, afirmam (R18). A demarcação e segurança desse povo em sua terra é o sonho dos pais de Gãh Té, senhor e senhora que viveram por mais de 100 anos (R2). A líder possui um trajeto de caminhada histórica junto a seus antepassados e sua família para conquistar esse espaço. Não faz sentido para eles viver em beiras de estradas e periferias enquanto existe seu espaço sagrado, que é no Morro Santana. “Esse espaço é nosso. Ninguém comprou nada de nós. Então estou defendendo o que é nosso. Defendendo as raízes dos meus ancestrais, dos meus velhos que passaram e que estão aqui, espiritualmente, conosco”, afirma Iracema (R12).

Além disso, um pré-laudo feito por pesquisadores da UFRGS⁷, utilizado no posicionamento do Ministério Público Federal no processo judicial indicou a presença do povo Kaingang pelo menos desde o século XIX no Morro Santana (R12), como afirma também a tradição oral indígena. Em reportagem transmitida na televisão pelo Jornal SBT Rio Grande, chega-se a mencionar registros datados do ano de 1750 (R13). Entre conflitos e guerras ocorridos no estado, os Kaingang não deixaram de ocupar diversos pontos dos arredores do morro, sendo as maiores ocupações num período mais recente nas décadas de 1950 e 1980. Essa última se fortaleceu quando cerca de 50 famílias foram expulsas da Terra Indígena Nonoai, no norte do estado, porque se opuseram ao arrendamento da terra para monocultura de soja e exploração de madeira (R12).

Os participantes afirmam que querem ficar no Morro, que é seu território comprovado cientificamente por estudos (R25). É nele que está a história viva de seu povo, onde caminharam seus antepassados e onde estão enterrados os umbigos de seus filhos e netos. Na história, o território é deles; não precisa de papel. Apesar de as comunidades estarem há décadas denunciando as ameaças de destruição de seu território sagrado por meio de condomínios, incêndios, pedreiras e ampliações de avenidas, o processo de demarcação da área kaingang no Morro Santana se arrasta na Funai desde 2009 (R19).

⁷Os grupos que participaram do trabalho foram: Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), Programa de Extensão Preserve Morro Santana e Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE).

Inicialmente, a Retomada abrigou mais de 40 pessoas. Até sua chegada, o terreno estava abandonado, com remanescentes de estruturas de um clube de férias da família Maisonnave com duas casas de pedra (uma em ruínas) e uma piscina de azulejos, foco de doenças. Ao longo do tempo, a comunidade foi emoldurando essas ruínas com suas casas, pomares e hortas onde são cultivadas frutas, hortaliças e grãos.

Desde o início do processo judicial, a justiça branca contornou a questão do território kaingang com diferentes versões a partir dos posicionamentos do MPF e dos Maisonnave, transformando-a de um caso de defesa de direitos ambientais e territoriais nativos para uma questão de litígio de reintegração de posse de imóvel, dando continuidade a irregularidades e danos a que já foram acometidas as formas de vida selvagem pertencentes à área (R10). A Natureza sofre, assim como os Kaingang e Xokleng presentes na área. “Retomar” para eles é lutar judicialmente por um território ancestral que eles têm consciência de que é seu, mas que precisa ser reconhecido pelos *fóg* (pessoas não indígenas).

A intenção dos participantes é conservar um pouco do que existe ali. Sua entrada se deu para defender o Morro Santana e preservar o bem viver⁸ das famílias, junto com as árvores, arbustos, nascentes e demais seres vivos que protegem o Morro, compartilhando com a comunidade que quiser os visitar (R1). Sem destruir e construindo casas apenas onde já foi desmatado, para proteger os animais abrigados no mato remanescente (R14). Eles acrescentam que os não indígenas também vão se beneficiar de sua permanência.

A Retomada é concebida como um espaço essencial para que as próximas gerações cresçam seguindo o modo de vida dos *kofá* (mais velhos) e a comunidade enfatiza em todas as suas falas a preocupação de garantir um local para seus netos e filhos, que representam literalmente sua continuação, como claramente expressado na fala de Iracema: “É só a sociedade perceber que a gente não tá querendo o Brasil inteiro, nós queremos só um cantinho pra viver da nossa resistência e criar nossos filhos” (R33).

A ancestralidade é legitimamente a principal justificativa de reivindicação das terras no Morro Santana. Ela se manifesta nos espaços fazendo referência à história transmitida de geração em geração - o avô de Gãh Té, por exemplo, contava a ela histórias de quando tudo era geleira no estado - e atravessando séculos de relações. Relações que hoje em dia são tecidas na importância dos laços de parentesco e cuidado nas práticas e usos territoriais. Os Kaingang sonham com seus ancestrais um dia em que as pedras do morro que foram machucadas estarão verdes de novo.

⁸ O conceito “Bem Viver” será explicado posteriormente no texto.

Território, para os Kaingang, significa a manutenção de sua cultura, saúde, ancestralidade, vínculos e relação com a Natureza (R37). Nesse contexto, no primeiro ano de vida da Retomada foi construída a escola onde as crianças têm aulas, foram plantadas incontáveis mudas e sementes tanto para a subsistência da comunidade quanto para a regeneração da flora nativa, ao passo que os Kaingang retomam também suas vidas, abrindo perspectivas de luta para todos.

Destruição da Natureza e extinção de povos

Não obstante o funcionamento ilegal da pedreira Asmuz e a insistência dos Maisonnave na posse do terreno da Retomada, a empresa planeja a construção de um condomínio de 11 torres de 714 apartamentos e 865 vagas de estacionamento no local (R5). A área havia sido destinada à desapropriação nos anos 1980 em função de dívidas do Grupo Maisonnave, processo que caducou após 30 anos por não ter sido reivindicado pela União (R8).

Nesse aspecto da história do Morro Santana, evidencia-se o desrespeito à vida que existe ali, nas vias especialmente dos impactos ambientais produzidos pelas empresas ocupantes e no processo judicial enfrentado pela comunidade Gãh Ré. A área da Retomada já fez parte de uma Área de Preservação Permanente (APP) do Morro Santana, que segue sendo um dos morros mais preservados de Porto Alegre, mas sofreu um ajuste de limites para autorizar construções, tornando-se “área de ocupação intensiva” (R5). A pedreira de José Asmuz, que os Kaingang vêem como um grande machucado nas pedras do morro, causou danos ao solo, ar, água e biodiversidade do Morro Santana. A mineradora, que utilizou a área entre 1960 e 1970, foi inclusive condenada em 2017 pelos impactos ambientais da pedreira e por operar sem licença (R12). Gãh Té ainda argumenta que a área da Retomada não é própria para receber as construções planejadas pelos Maisonnave, usando os deslizamentos de terra no litoral Norte de São Paulo como exemplo dos avisos que a Mãe Terra nos tem dado (R18).

Na recente judicialização, logo após o nascimento da Retomada, a 9ª Vara Federal de Porto Alegre proferiu uma liminar de reintegração de posse do imóvel, ou seja, a comunidade deveria deixar o local que voltaria às mãos dos Maisonnave. Após negar recurso do Ministério Público Federal (MPF), responsável pela defesa dos interesses das comunidades indígenas segundo a Constituição, uma desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve a liminar de reintegração. A magistrada justificou a desocupação em prol da família de banqueiros sonegadores afirmando que os “índios” (a redação do site do TRF usa esse termo, ignorando a reivindicação dos povos originários pela designação “indígena” e a indicação do

próprio Senado Federal) não ficariam desassistidos ou aglomerados em beiras de rodovias. Segundo ela, “o que se tem, até aqui, é a posse e propriedade demonstradas, assim como uma invasão sem qualquer respaldo além da invocação da ancestralidade, cujo processo ainda pende de definição”, alegando também que “a tradicionalidade da Retomada Gãh Rè é objeto de processo em andamento. Não há, ainda, qualquer título que legitime o apossamento da área pela Comunidade Indígena” e que tudo que os Kaingang têm é a “invocação da ancestralidade” (R7).

A análise sobre a reivindicação pela demarcação do território é responsabilidade da Funai, que tem atrasado esse processo desde 2009. A juíza ainda argumentou que os Kaingang não têm direito de estarem na área reivindicada antes de sua demarcação, contrariando o artigo 231 da Constituição Federal, que explicita o direito às terras como originário e incumbe ao Estado apenas reconhecê-lo (R22). Legalmente, os indígenas têm direito à área em um enquadramento chamado de “renitente esbulho”, que é quando os originários estavam ausentes nela durante a promulgação da Constituição porque estavam impedidos de acessá-la, de acordo com o procurador Pedro Nicolau: “a Constituição garante a posse do local, eles só não puderam ficar porque foram impedidos”.

Com a resistência da comunidade, a reintegração de posse foi suspensa, mas após alguns meses, em março de 2023, outra magistrada determinou uma nova liminar, dando um prazo para a saída dos Kaingang, após o qual poderia ser utilizada força policial para forçar sua saída (R23) - contrariando a decisão anterior, da criação de uma comissão de conciliação de conflitos antes de qualquer medida de uso da força. Gãh Té questionava se mais uma liderança morreria por causa dessas decisões (R8).

Agravando a situação, a decisão da juíza determinava que a comunidade Gãh Ré fosse removida para a Terra Indígena Cantagalo, uma aldeia originária do povo Mbya Guarani. Essa decisão é extremamente problemática e remonta às políticas genocidas do período da Ditadura Militar, quando os povos indígenas eram removidos de suas terras e forçados a habitar áreas de outras etnias, o que resultava em violência e mortes (R22). Essa perspectiva chama-se integracionismo⁹ e denuncia o racismo e desconhecimento das culturas, saberes e modos de viver dos povos indígenas brasileiros. As diferenças étnicas e culturais que a Constituição assegura serem protegidas são negligenciadas e desrespeitadas na conduta da juíza.

Em nota divulgada pela Retomada, reitera-se a cultura do respeito entre os povos indígenas:

⁹ Paradigma sob o qual a condição de indígena é algo transitório e todos os indígenas com o passar do tempo se integrariam à sociedade majoritária (HEEMANN, 2018).

É uma decisão que parece que estamos vivendo nos tempos da ditadura, nos jogando contra outro povo. Com respeito ao povo guarani, não podemos violar o território deles. Não temos a mesma cultura, o nosso dialeto é diferente, nossas crenças são diferentes. Por isso queremos ficar no Morro Santana que é o território Kaingang, comprovado cientificamente por estudos. (RETOMADA GÃH RÉ, 2023).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) também denunciaram em uma nota que a decisão “é racista, abusiva e demonstra total desconhecimento acerca das culturas, dos saberes e dos modos de ser e viver dos povos indígenas no Brasil” (R23). Posteriormente, o TRF-4 suspendeu a desocupação forçada da comunidade Gãh Ré durante a continuação do processo.

No decurso da luta da Retomada Gãh Ré, outra decisão de imenso impacto a todos os povos originários foi debatida: O Projeto de Lei 490, que institui o Marco Temporal. Segundo essa lei, têm direito à demarcação apenas as comunidades que ocupavam a terra reivindicada no momento da promulgação da Constituição (1988). Além da inviabilização de demarcações de terras indígenas pela instituição de uma forma interpretativa tendenciosa, o PL 490 favorece o arrendamento e a mineração em terras indígenas e a desproteção dos povos isolados, o garimpo, as multinacionais e os fazendeiros. A Teia dos Povos afirma que essa decisão em poucos anos destruirá os territórios, florestas, fontes de água e a vida dos povos em geral. “A vida do povo trabalhador na cidade vai ficar ainda mais árida, ainda mais sufocante. As mudanças climáticas vão acirrar, os desastres naturais também. E quem mais sofre com isso é o povo pobre, com moradias vulneráveis.” (R31)

As comunidades indígenas brasileiras sofrem invasões, perdas e retiradas forçadas em favor dos interesses de uma parte específica da sociedade que em cima da exploração constrói suas fortunas, somados ao corte de seus direitos fundamentais, que impede a conexão com a Natureza e com as pessoas que nela moram, e à aprovação de leis que decidem onde esses povos devem ou não morar independente de sua ancestralidade (R33). Gãh Té em nota divulgada pela retomada declara que fica indignada com as declarações dos políticos, “(...) que não existem indígenas no sul do país, mas querem dizer que os indígenas do sul já foram extintos por suas mãos sujas. Assim ignoram toda a história do nosso país. Onde é que foram as tais crenças dessas pessoas? Se orgulham de ser vitoriosos matando a vida dos outros. Para mim isso não é orgulho.” (R34)

Movimento indígena: lutas pela demarcação, justiça e existência

Os povos continuam lutando e avançando na libertação de territórios. Seguem resistindo a séculos de colonização e genocídio, pisando firme sobre a terra e passando adiante as

sabedorias dos mais velhos e das crianças. As lideranças mais novas da Retomada Gãh Ré aprendem a luta da Cacica, em que a mulher levanta o punho e decide ir atrás do que lhe pertence, da preservação das águas e de seu povo (R24). Gãh Té diz que as coisas sempre são negadas para os originários dessa terra, e questiona por que necessitam de favor para viver em um território que é originalmente seu. “Ninguém nunca comprou terras de mim, nem dos meus pais ou avós. Faço parte da terceira geração que busca um lugar para reconhecer como seu, mas não sabe que futuro deixará para os filhos e netos. Em nosso modo de pensar, não se trata de ocupação ou de demarcação. Gosto de falar e ensinar meus netos que a terra-mãe pertence a todo ser vivo” (R9).

Em dezembro, com a decisão de reintegração de posse da Retomada, Iracema anunciou uma greve de fome, da qual só sairia quando o território ancestral fosse marcado e protegido. Ela salientou que sempre buscou os direitos por meio das leis, mas que nunca foi atendida (R18). Apelando para mais uma ação direta, a Cacica se colocou em uma situação de risco de vida para evitar a destruição da Natureza, do povo Kaingang e de todos. Gãh Té ficou quase uma semana alimentando-se apenas de água, suspendendo o protesto temporariamente na véspera de Natal a pedido das crianças (R9). Ela ameaçou voltar a protestar se a Justiça mantivesse a ordem de retirada da comunidade. “Não é por mim, é pela minha Mãe Terra. Darei minha vida pelas coisas que existem nela. Nós, os bichos e a água que nasce nesse espaço” (R12).

Os Kaingang reclamam que não estão cobrando os mais de 500 anos em que estão sofrendo, e reivindicam apenas paz para viver e plantar o que consomem. Os povos indígenas são originários porque foram os primeiros habitantes humanos desta terra, há muito mais tempo do que podemos imaginar. Iracema assegurou em inúmeras falas que não sairia do território, a não ser que fosse levada morta: “eu não vou sair. Se a polícia vier querendo nos levar à força, é mais uma vez que eles se sujarão de sangue indígena nas mãos” (R12). E suplica: “daí mais um sangue indígena sai na mão de quem se diz defender a vida. Nós só estamos lutando pelo bem viver do povo indígena (...). Tem mulher grávida, pessoas de idade, criança, criança de colo. Chega de violência!” (R4) Ademais, questiona onde está a justiça e onde estão os direitos dos originários do país (R12). Apontou a falta de apoio da Funai também, que não contribui no processo de demarcação e, segundo ela, atualmente só faz registro de crianças.

Na transmissão do Jornal SBT Rio Grande (2022), o repórter afirma que todos os artigos da Constituição garantem a proteção dos povos indígenas e quilombolas e suplica “a gente pede

o bom senso porque a gente vê o amor que essas pessoas têm pela terra” (R13). Gãh Té contou também que se questiona se a comunidade sair da Retomada, para onde irão seus netos (R11).

O vice-líder Karindé afirmou que quando os Kaingang entram em um lugar, é para ficar, não para sair (R17). A comunidade fala há muito tempo em se mobilizar para a retomada, e esta luta é a herança que eles deixam para as crianças, filhos e netos (R15). O povo branco que invadiu seu território. Eles o retomam para conseguir a demarcação, pela verdadeira liberdade de seu povo e da terra, nossa mãe.

Na urgência do novo pedido de reintegração de posse em março de 2023, os participantes ocuparam a Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai após a liminar que autorizava o uso de força para desocupação forçada após o prazo de cinco dias para saída da comunidade, que poderia ser intimada a qualquer momento. A ação na sede da Funai foi para exigir uma intervenção da Presidenta do órgão, em Brasília, que protegesse desse perigo. Sua principal reivindicação desde o início da retomada é a criação de um grupo de trabalho para a demarcação das terras no Morro Santana, cujo primeiro pedido foi feito no ano de 2008. As Kaingang permaneceram durante quase oito horas, quando conseguiram contatar o Ministério dos Povos Indígenas, que se comprometeu a entrar contra a reintegração no processo da Justiça Federal (R23). A Funai não se pronunciou, e seu desamparo durante todo o processo é decepcionante.

Durante a votação do PL 490 no Congresso Nacional, juntando-se aos protestos que ocorriam no país inteiro, a Retomada Gãh Ré fez uma grande manifestação durante mais de três horas em uma das avenidas mais movimentadas da cidade contra a desterritorialização dos povos e o acirramento do genocídio, pelos direitos dos seres humanos de terem um lugar para viver (R29).

A construção da Retomada, para a *kujá*, é um ato de resistência contra a destruição da Natureza, muito além da questão da moradia. Gãh Té questiona “Por que não pensam ‘morreu bastante indígena pra nós tá aqui, então vamos dividir um pouquinho com eles?’ Eu pensaria isso. Ninguém mais tá respeitando a constituição, nem mesmo os políticos que se dizem amar a pátria.” As retomadas multiétnicas, segundo a Teia dos Povos, surgem para ressignificar os espaços e, acima de tudo, deixar a Mãe Terra descansar, protegida de quem realmente é invasor (R33).

Iracema denuncia o desmatamento da flora nativa, a poluição das águas que bebemos, a morte dos parentes de miséria. Em viagem a Brasília, frisa que 500 anos atrás os povos viviam em harmonia com a Natureza e tinham tudo - caça, peixe, água à vontade, e agora estão

mendigando uma moradia. “Será que meus netos e futuros netos vão ser assim? Eu tô pra ser despejada ali. O banqueiro morava aqui 500 anos atrás? Só atravessaram o mar pra tirar nosso sossego. Quem que vai pagar a morte dos nossos parentes?” (R35)

A nota de apoio do Instituto Candeeiro pede atenção à justiça aos direitos originários das comunidades, do Morro Santana e de todos os seres vivos que o têm como último refúgio para continuarem existindo (R10). Sem a luta dos povos indígenas e seus aliados, mais vida silvestre seria perdida para a especulação imobiliária ligada a um histórico de crimes ambientais e financeiros contra toda a população.

Após um ano de Retomada, em outubro de 2023, a comunidade começou a erguer suas casas de madeira em mutirões, celebrando a conquista de um direito básico previsto na constituição. Sabendo a luta de suas famílias para estarem ali, de onde vieram e do que enfrentam para ocupar seu lugar ancestral na mira dos que lucram com a destruição (R36). Até então, a comunidade vivia em barracas de lona.

O mapa do Estado-Nação foi imposto aos povos como uma violência e, como bem coloca a Teia dos Povos, não dá conta de tudo que somos. O poder não defende os territórios nem se responsabiliza pela dignidade de quem ficou desfavorecido (R38). Os povos indígenas se cansaram de esperar por isso, e em exemplos de coragem, como a Retomada Gãh Ré, trabalham na concretização dos sonhos de que outros mapas podemos criar, tecendo redes de autonomia e colaboração entre muitos que não concordamos com todas essas injustiças.

Cultura, espiritualidade e projeto de sociedade em harmonia com a Terra

A Retomada Gãh Ré, além de ser um direito fundamental dos povos originários à terra, está também fortemente arraigada à conservação do Morro Santana. Toda a riqueza de fauna silvestre, flora, terra e águas abastecedoras do Arroio Dilúvio do território seria esmagada pelo empreendimento de 11 torres dos Maisonnave. Até os bugios (*Alouatta guariba*), ameaçados de extinção, habitam a paisagem deslumbrante da encosta do Morro Santana (R9). Os Kaingang enfatizam a importância do ecossistema do morro, bem como a possibilidade de precisarmos dele. A piscina construída pelo banco foi ocupada pelas crianças logo nos primeiros dias. “Retomar, de quem nos rouba os rios, o direito ao mergulho.” (R16)

A horta foi semeada poucos dias após a entrada no território. O milho rapidamente ficou maior que os próprios moradores, que logo também se alimentaram dos feijões, batatas-doces, mandiocas, morangas, tomatinhos, abobrinhas, pepinos, goiabas e erva-mate ali plantadas. Há também sementes para fazer artesanato e cipós coletados do mato para a fabricação dos

tradicionalistas cestos, atividades que garantem boa parte da sobrevivência dos Kaingang. A comunidade planta onde tem espaço e não irá derrubar o mato, mas sim plantar mais árvores que sirvam de alimento para os animais, como os bugios que têm reaparecido na área com filhotes. Gãh Té ensina que precisamos plantar o que eles gostam de comer (R19).

Do alto do morro, os Kaingang rezam e o vento leva as rezas a Tupã¹⁰ e aos encantados. Nele estão as ervas tradicionalmente utilizadas pelo povo, usadas em xaropes, banhos e chás, que os protegeram também durante a pandemia, quando Iracema preparava ervas quase diariamente (R11). Tudo isso o Morro supre. Assim como a água, que para os Kaingang, é medicinal. Nos momentos em que ela faz falta, durante as secas, Gãh Té conversa com seu bisavô Tá, espírito da chuva (R16). A tranquilidade do Morro Santana, com os sons da natureza, é algo que não se encontra na parte urbanizada da cidade, como o Cacique Odirlei Fidelis da comunidade Van Ká compartilha: “A gente vê passarinho cantando, animais livres, então é um lugar que a gente se sente à vontade e onde se pode falar alto, pode correr pra lá e pra cá.” (R33)

Segundo a Cacica, a Mãe Terra (*Ga*) dá tudo para nós, então por que não compartilhar a terra, que é para todos morarem? Ela diz que quem quer viver na “caixinha que não tem onde olhar” e pagar mais contas não quer viver a vida de verdade, sentindo o cheiro do mato (R2).

A retomada do território do morro favorece a comunidade da região para além dos indígenas. Tudo que os Kaingang constroem ali - as casas de reza, a medicina tradicional, a meditação - são propostas para toda a cidade, junto ao convívio e aprendizado da cultura originária (R17). O refúgio que a comunidade protege ali é de todos, não é privado e nem do capital. O procurador do MPF afirma na defesa que a presença da comunidade é a garantia de preservação daquela área. Apenas 3,5% do território do estado é ocupado por povos indígenas, e boa parte desse espaço são áreas de preservação. No Brasil como um todo, da mesma forma, onde 13% do território constitui área indígena, 98% são Área de Preservação Permanente (R19).

No início de 2023, ocorreu um incêndio no topo da área da pedreira, seguido prontamente por uma brigada indígena da Retomada que Gãh Té enviou para avaliar as consequências do fogo na vegetação. Não sendo possível determinar se o incêndio foi espontâneo ou criminoso, a comunidade reitera que o local onde ocorreu se trata de uma área de preservação cobiçada pela especulação imobiliária e próximo a uma retomada indígena (R21).

¹⁰ Tupã é uma entidade da mitologia tupi-guarani. Acredito que a menção a ele se deva a essa comunidade ter também antepassados guarani, como já escutei Iracema comentar.

Gah Té sonha com o dia em que os *fóg* também terão suas aldeias (R16). Muitos juntam-se à construção desse sonho, em uma rede que se organiza para fazer território em cima de terras pertencentes a quem rouba as vidas. O apoio dos que lutam junto aos indígenas, inclusive, é uma necessidade. A comunidade sedia diversos eventos e recebe oficinairos, visitas de escolas, grupos de trilhas que sobem o Morro Santana e aprendem um pouco da vivência dos indígenas. A marcela foi colhida no topo do morro no tempo que antecede a Páscoa, em trilhas abertas à comunidade. Essa flor é típica da medicina tradicional da Cultura Kaingang, nativa do Sul do Brasil, é utilizada para preparação de chás com propriedades digestivas e antiespasmódicas, e tradicionalmente é coletada nas vésperas do feriado de Páscoa (R27). Somam-se a esses convívios as visitas de parentes, os nascimentos dos pintinhos chocados pelas galinhas da aldeia e outras manifestações de vida que cada vez mais preenchem e colorem na companhia dos Kaingang um espaço que, se perdido, será completamente destruído.

As transformações culturais no universo das crianças não são uma preocupação da comunidade, porque mães e avós os ensinam a valorizar suas raízes e a terra desde pequenos, tanto na preservação da oralidade quanto na participação das atividades coletivas. “Para amar e respeitar onde se está pisando, a criança tem que ser ensinada e ter consciência de como se lida com a Mãe Terra, que ainda nos dá o alimento, e de que nossa luta tem um propósito, pois não estamos fazendo nada errado” (R19). Em agosto, que segundo a *kujá* é o mês certo para o início das atividades de plantio porque a terra “está ativa da alimentação e das raízes que a gente botou nela”, faz-se um ritual da lua crescente à lua cheia, celebrado pelos pequenos e pequenas como o dia em que são ensinadas a plantar as sementes, mostrado o cultivo e o cuidado da natureza que os rodeia (R33). Na escola da aldeia, é perpetuada a consciência da terra, da ancestralidade e a manutenção da cultura e ensinada a língua kaingang junto à língua portuguesa. Assim vão falando o dialeto e dançando as suas danças com as crianças.

Nas palavras do avô de Gãh Té, que viveu durante mais de 100 anos, “preocupante será quando a maioria das pessoas tiver a mesma idade, quando não mais nascer crianças. Enquanto houver crianças nascendo, estamos ainda no equilíbrio e a Mãe Terra nos dá sinais de que ainda está nos aceitando. É por isso que devemos ter paciência e esperança, e é por isso que precisamos do outro, de vocês e desse apoio que nos fortalece” (R19).

A preservação do morro e da cultura kaingang caminha em conjunto. Os Kaingang fazem o manejo dos cipós, das taquaras e ervas medicinais para suas atividades, ao passo que restauram a mata plantando as mudas nativas e removendo as espécies exóticas invasoras, como pinheiros do gênero *Pinus*, em um serviço prestado a toda a sociedade. Não se trata apenas de

uma questão de moradia. “Bem dizer, já podia ter entrado em qualquer área. Qualquer área. Mas eu esperei essa aí. Hora que eles me disseram ‘tal dia tu vai, nesse local’. Eu acredito muito nessa indicação dos meus encantados, os *jãgré*. Como indígena, eu sei que quem estuda, os cientistas, eles jamais vão acreditar. Nem os padres, nem os médicos. Eles nunca vão acreditar nisso. Mas é a nossa cultura”, diz Iracema em uma entrevista para a nota técnica feita pela UFRGS. Segundo os Kaingang, os indígenas são a voz da Natureza (R33).

A conservação dos ecossistemas remanescentes, como o do Morro Santana, é imprescindível em tempos de crise ambiental¹¹ ou climática. Na consciência desse fenômeno, os mais de 300 povos reunidos no Acampamento Terra Livre, incluindo a comunidade Gãh Ré, fizeram uma marcha até o Congresso Nacional em Brasília decretando Emergência Climática e afirmando "a solução para a crise climática somos nós". O ato se colocou contra o Marco Temporal, a mineração e o uso de agrotóxicos (R30). O efeito dos ciclones ocorridos em 2023 materializou no território o impacto da destruição da Natureza.

Caminhando no sentido oposto ao desmatamento, os Kaingang fazem o plantio de mudas nativas às vezes em trilhas com aproximadamente cinquenta pessoas morro acima. São plantadas araucárias (*fag*), abacateiros, guapuruvus, erva-mate (*Kógnun*, planta sagrada dos indígenas), gabiobas (*pévan*), pitangueiras (*iúnbi*), butiás (*tóin mǎn*), juçaras (*mǎn iatón*), jerivás (*tóin*), entre muitas outras de nossa flora. Da mesma forma que as florestas, séculos atrás, foram cultivadas pelas mãos dos ancestrais das pessoas e animais (R39).

O plantio de mudas, assim como as construções, a roça, o carregamento de madeiras e materiais, a artesanaria dos canteiros e as sementeiras da horta são feitos a várias mãos amigas, em momentos de mutirão (ou *pixurum*, como se fala regionalmente no Rio Grande do Sul). Na intenção de construir a luta por autonomia em outra configuração geográfica e territorial (R36). Os mutirões acontecem sem ninguém ser especialista, a partir da partilha dos conhecimentos de cada um com o grupo em um encontro de saberes. O sistema de cultivo buscado no plantio de alimentos é o agroflorestal, onde os cultivos ocorrem associados a plantas que integram a mata, seguindo diversos princípios que buscam o máximo de semelhança com o que ocorre na natureza.

Nessas vivências, na organização de eventos culturais e celebrações tradicionais, os Kaingang conscientizam os *fóg* a cuidarem da natureza e do Morro, pois para eles cuidar do território é manter o povo saudável (R33). A preservação da biodiversidade local, inclusive, deve ser feita por toda a sociedade em conjunto. Para Iracema, a Retomada significa "Viver em

¹¹ Sobre crise ambiental, ver Pupo (2018).

paz, mexer na terra, sonhar" (R32). No futuro, a mestra sonha que exista justiça para que todos consigam conviver com a Natureza. "A minha esperança é isso: ver o coletivo. Indígenas, não indígenas. Parentes de longe e os que estão aqui. Os quilombos também. E não ser discriminado. Que essa discriminação não está no nosso pensar indígena. Porque a gente entende que é a terra de todos. Então é isso que a gente pede para as nossas crianças. Respeitar e amar" (R33). De acordo com ela, educação é justamente saber respeitar.

Antes do Brasil da coroa, já havia o Brasil do cocar (XACRIABÁ, 2023), que não precisava do contrato em papel porque não acreditava nele. Na visão dos povos indígenas, a terra é livre e de todos, chamada de Mãe porque tem paciência com seus filhos e provê para todos eles (R28). Nas palavras de Iracema, "nós não somos donos de nada. Se a gente morrer, não levamos nada." (R33)

Apesar de tudo, os indígenas estão vivos, resistindo em seu espaço de sossego. Nos encontros ao redor da fogueira, rituais, abraços e brincadeiras se fortalece o trabalho e a luta pela terra, para que as crianças possam crescer seguras rodeadas pela mata nativa, e para que um dia isso seja direito de todas as crianças, de todos os povos.

RESISTIR PARA CUIDAR: Os valores no contexto e na memória da comunidade

A seguir, discutiremos os aspectos importantes evidenciados no conjunto das categorias acima, em torno de alguns eixos.

A relação ocidental disfuncional com a terra

É impossível escrever sobre a história da Retomada sem abordar as práticas de devastação do meio ambiente, dos povos indígenas e dos espaços comunitários de bem estar. No exemplo dos Maisonnave, uma família que enriqueceu às custas da sociedade e acumulou dívidas milionárias pretendia destinar um espaço de ar puro, morada de plantas, animais e pessoas nativas para construir um complexo de prédios. No caso da pedreira, uma mina a céu aberto lucrava sobre o extrativismo em uma área destinada à preservação. Ademais, a dificuldade na conquista da demarcação e as manobras argumentativas utilizadas judicialmente para não atender prontamente os direitos previstos na Constituição, em favor do benefício individual de alguns atores. A questão ecológica, segundo Pupo (2018) envolve a expropriação dos povos do campo, que foi essencial para os mecanismos de acumulação primitiva na América Latina e em outros continentes do "sul" global. Esse processo iniciou com as grandes

navegações e deu continuidade às condições de reprodução social das classes e de certos povos, que entremeiam o pensamento ecológico. Conforme o autor:

Não seria exagero afirmar que o sangue ameríndio, o africano e o asiático - e suas misturas - garantiram ao branco europeu as condições de superação da vida feudal. “Onde quer que o europeu tenha pisado, a morte parece perseguir os aborígenes. Podemos olhar para a ampla extensão das Américas, da Polinésia, do Cabo da Boa Esperança e da Austrália, e encontramos o mesmo resultado (Darwin, 1913, p. 463).” (PUPO, 2018, p. 869)

Sendo assim, boa parte das reportagens analisadas contemplaram os fatores acima, relacionados fundamentalmente ao modo de viver às custas da exploração da natureza e dos seres vivos para obtenção de lucro e acumulação individual imposta por alguns países ao restante do mundo. Desde a invasão da região que veio a se chamar América, em 1492, o processo de colonização europeia veio com uma estratégia de dominação que incluiu a imposição de todo um imaginário de superioridade do europeu civilizado e inferioridade do originário primitivo, quando emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, processos que vigoram até hoje e organizam nosso mundo (ACOSTA, 2019). Consolidando sua expansão, a Europa exportou uma visão da Natureza que desconsidera a Humanidade como uma parte integral dela, como se nós humanos não fôssemos Natureza, podendo assim dominá-la e sujeitá-la às nossas vontades.

Em 1949, no discurso do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos Harry Truman, o líder definiu a maior parte do mundo como “áreas subdesenvolvidas”. Esteva (2010) aponta que os dois bilhões de pessoas residentes nesses países, passando para o entendimento de subdesenvolvidas. Essas pessoas:

Desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros: um espelho que os despreza e os envia ao fim da fila, um espelho que reduz a definição de sua identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma minoria pequena e homogeneizante. (ESTEVA, 2010, p. 2)

O discurso foi finalizado com o anúncio de que todas as sociedades do planeta deveriam percorrer a mesma trilha das nações industrializadas, que estariam no “topo da escala social evolutiva”. O chamado “desenvolvimento” agora, além de descrever o estado de uma economia ou sociedade, seria uma nova forma de imperialismo e a grande meta buscada pela humanidade, de modo linear e ilimitado.

Essencialmente, o desenvolvimento como processo de desenvolver-se faz parte da Natureza e é cíclico: todos nós nos desenvolvemos a partir de algo que já fomos, seja uma semente, um ovo ou um embrião. É natural também que as sociedades se desenvolvam. No

entanto, esse novo modo de vida a ser globalizado chamado desenvolvimento só é possível em função das relações coloniais históricas e atuais. Para que exista o desenvolvimento, uma pequena parcela do mundo (as populações abastadas do Norte geopolítico e a elite dos países do Sul), tem acesso a todos os recursos naturais e mão de obra barata do mundo, tornando impossível que todos atinjam o mesmo nível de consumo e estilo de vida. O luxo excessivo das classes dominantes se construiu após séculos de destruição de outras culturas e modos de vida.

Todo o processo de dominação, desde a invasão do continente à posterior dependência dos países da periferia em relação aos países do centro do sistema capitalista e da periferia do sistema capitalista, embutiu nas sociedades globalizadas a ideia do progresso como uma permanente e inconsequente acumulação de bens materiais tornou ações como as da família Maisonnave, da mineradora Depósito Guaporense e até mesmo dos agentes de justiça não só facilitados pelos sistemas de poder como também aceitos salvo grandes escândalos, por boa parte do restante da população. Mesmo que todos sejamos prejudicados por ela, essa ideia é perpetuada em nossa sociedade como a única alternativa, sustentando a exclusão de outras formas de viver. Aceitamos que não somos parte da Natureza, que algumas pessoas podem explorar outras e, quando conseguimos identificar nosso incômodo com esse conceito, tentamos, por vários lados, pensar alternativas a ele. Criamos sobrenomes para o desenvolvimento como saída desse desconforto (desenvolvimento econômico, social, sustentável, ecodesenvolvimento, entre outros) sem no entanto questionar o próprio conceito de desenvolvimento (ACOSTA, 2019). O próprio conceito de “sustentabilidade”, para o Mestre Ailton Krenak (2019), é um mito inventado pelas corporações para as pessoas terem a impressão de que estão consumindo algo fora da lógica de destruição da Natureza, quando é impossível para o planeta sustentar o consumo de 8 bilhões de pessoas.

Acosta (2019) ressalta que aceitamos e toleramos qualquer coisa para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso, afinal o desenvolvimento justifica os próprios meios e os fracassos. Qualquer sacrifício é considerado válido para alcançar uma meta tão alta, inclusive aceitar a devastação ambiental e social decorrente dessa trajetória.

Não é mais possível sustentar esse discurso. As alterações climáticas vivenciadas globalmente, especialmente no último ano, e as projeções para os próximos anos ressaltam que já estamos em crise ambiental e precisamos frear esse processo, especialmente enquanto coletivo, o quanto for possível. Aprendi em minhas vivências com Gãh Té que o ser humano já foi extinto com água, muito tempo atrás, e a Terra ficou sentindo Agora, no entanto, a *kujá* insinua que talvez sejamos extintos novamente, porém com fogo. Como os próprios povos

originários se colocaram em Brasília como a solução para o problema, urge a necessidade de olharmos para seus sonhos e lutas como reais alternativas a seguirmos como coletivo.

Pertencimento: os cordões umbilicais como raízes no território

Resistindo a séculos de dominação e assim como os demais povos originários, os Kaingang conservam em sua memória biocultural uma relação com a terra completamente diferente da proposta pelo desenvolvimento. Essa relação é a de pertencimento, e se evidencia em suas falas, práticas e reivindicações.

Ao deixar de se alimentar como protesto para exigir a permanência em sua terra, se colocando à disposição para morrer para não perdê-la, a líder Gãh Té deixou claro como coloca o território e o bem estar de seu povo acima da própria vida. A mestra contou que, além disso, recebeu diversas ameaças ao longo do processo e que sua vida é para a Mãe Terra, e se a mesma decidisse que era para ela morrer, tudo bem, afirmando-se apenas como uma pessoa dando voz a uma mensagem.

No próprio modo de nomear a Mãe Natureza, percebemos como o vínculo do povo Kaingang com a terra é de afeto e ela é apenas reconhecida como mais uma parente - assim como os animais, plantas e águas. Não há dissociação dos elementos da natureza entre vivos e não vivos, como ocorre na cultura ocidental. Sendo assim, além de serem filhos da Mãe Natureza, se entendem como parte dela, a respeitam, protegem e choram por seus machucados. Há uma noção muito presente de complementaridade entre os elementos da natureza de todos os lugares; os Kaingang sabem que a destruição de um ecossistema pode afetar muitos outros. A Kujá Iracema ensina que as árvores daqui são complementares às da Amazônia, porque as águas são como nosso sangue e as veias da terra são muito longas. Segundo Ana Schweig (2014),

“a noção de território para estes grupos vai além de uma ideia utilitária de terra como superfície que produz matérias primas e recursos naturais. (...) Podemos notar que plantas e animais possuem uma substância como “alma” e existe a possibilidade de uma sociabilidade de seres humanos e extra-humanos. Esse fato vai em oposição à ideia trabalhada por muitos antropólogos de que os grupos Jê seriam mais fechados, em que o foco se dava apenas para o caráter sociológico dessas sociedades e não sociocosmológico.” (SCHWEIG, 2014, p. 47)

Essa associação entre território e corpo, segundo Haesbaert (2020) e Hernández (2016), é muito comum entre os povos originários da Abya Yala, e demonstra a interdependência entre os humanos e o ambiente que habitam. Por isso para os Kaingang cuidar das florestas e de seus territórios significa manter seu povo com saúde. Os Kaingang, assim, fazem parte diretamente

também do processo de regeneração da Natureza. A associação é tão forte que é inclusive física, materializada e simbolizada na prática de enterrar o umbigo de cada criança que nasce no território para manter seu vínculo com ele.

Seguindo a perspectiva ética de que a Natureza, os ecossistemas e todos os seres vivos têm um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não têm nenhuma utilidade para os seres humanos, nas últimas décadas diversos juristas, sociólogos, teólogos e filósofos defendem a admissão da Natureza como um sujeito de direitos. Na mesma linha, José Lutzenberger, já nos anos 1970, caracterizou o planeta, rebatizado como Gaia, como um superorganismo vivo. Segundo Acosta (2019), conceder direitos à Natureza significa incentivar politicamente sua passagem de objeto a sujeito, e faz parte do processo centenário de ampliação dos sujeitos de direito. Diversas legislações se embasam nessa ideia, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas, assinada no Rio de Janeiro em 1992 e promulgada no Brasil em março de 1998; a Constituição do Equador, de 2008 e a Constituição da Bolívia de 2009¹². Estas duas últimas instituem uma ideia muito demandada pela Cacica Gãh Té: a do bem viver.

A expressão “bem viver” é um termo guarda-chuva para diversas propostas alternativas ao desenvolvimento surgidas na América Latina a partir dos próprios ideais de “bem viver” dos povos originários¹³. Nenhuma delas está totalmente elaborada e todas são passíveis de discussão coletiva. Trata-se de um caminho para ser imaginado para ser construído e ao mesmo tempo de uma realidade na vivência passada e presente dos povos indígenas. De acordo com Héctor Alimonda:

“Seu ponto de partida são as distintas maneiras de ver a vida e sua relação com a Pacha Mama. Aceita como eixo aglutinador a relacionalidade e a complementaridade entre todos os seres vivos – humanos e não humanos. Forja-se nos princípios de interculturalidade. Vive nas práticas econômicas e solidárias. (...) O bem viver é, então, a essência da filosofia indígena ou nativa, em sentido amplo, pois se aplica a tudo aquilo que é relativo a uma população originária no território em que habita.” (ALIMONDA, 2012, apud ACOSTA, 2019, p. 73-74)

O modo de viver do povo Kaingang e os dizeres da Mestra Gãh Té confluem com essas ideias contribuindo com suas particularidades. Como bem expressa Gudynas (2016), o bem viver sintoniza conhecimentos de origens distintas e não pode ser resumido a uma “ideia indígena”. Desse modo, os “bem viveres” de cada nacionalidade indígena se diferenciam a

¹² Acosta (2019) explica que enquanto o valor intrínseco da Natureza foi oficialmente reconhecido na Constituição do Equador, no caso da Bolívia a industrialização dos recursos naturais seguiu sendo pautada.

¹³ Gudynas (2016) diferencia os usos mais comuns do termo Bem Viver, e aqui entende-se a partir de todas as ideias do povo Kaingang que seu desejo pelo Bem viver parte do questionamento ao mito do progresso e separação das pessoas e da Natureza.

partir dos contextos sociais e ambientais e da misturas com o pensamento moderno, mesmo que não se relacionem com ideias genéricas ocidentais de “bem viver” derivadas do sentido aristotélico de “boa vida”.

Assim, nessa relação de simbiose, os Kaingang contam que amam viver, correr no mato e cada flor que tem nele. Em uma caminhada pelas trilhas do morro é possível aprender sobre cada planta que avistamos com eles, porque eles conhecem todas! A madeira da mamica de cadela é usada para fazer berimbau e remédio. O cipó-borracha, se não manejado (outra prática realizada pelos Kaingang na conservação do ecossistema), esmaga as árvores. Sendo parte da Natureza, é imprescindível que cultivemos o respeito a ela, pedindo licença cada vez que entramos no mato e plantando algo para contribuir.

A voz da terra: radicalidade e preservação

Nas lutas do movimento indígena encontramos uma capacidade de organização coletiva exemplar. No movimento de retomar um território ancestral, enfrentando todos os riscos, ameaças, desconfortos e conflitos que decorrem disso; no ato de ocupar um órgão oficial do Estado entre mulheres e crianças exigindo sua proteção e na submissão de uma liderança com décadas de luta a uma greve de fome está apenas uma parte da organização da luta indígena em torno das ações diretas. A comunidade da Retomada Gãh Ré faz seu lar em um território autodemarcado, com duas características que julga especiais: ser multiétnica (construída por duas etnias) e liderada por mulheres.

Poucos meses antes da entrada no território, boa parte da comunidade construiu uma outra retomada: a Retomada pela Casa do Estudante Indígena da UFRGS (CEI-UFRGS), onde estudantes indígenas Kaingang, Xokleng, Guarani, Baré e Potiguar, entre outras etnias e parentes, se juntaram para reivindicar uma casa do estudante que abrigasse os indígenas da Universidade. Essa demanda, principalmente das mães indígenas que vinham das aldeias do interior e não conseguiam ficar com seus filhos durante a graduação foi uma outra situação em que indígenas já estavam fazendo tudo que era possível dentro dos meios institucionais e não eram atendidos, partindo para a auto-organização e conquistando seus direitos.

Tais exemplos tornam clara a radicalidade dos povos indígenas. Radicalidade, no sentido marxista¹⁴ da palavra, no qual ser radical é enfrentar o problema pela raiz. Se após extensas reivindicações seus direitos não são cumpridos ou são impedidos de viver de acordo com seus modos de vida, eles encontram formas de exigir essas necessidades por meio das

¹⁴ Sobre isso, ver Marx (2015).

ações diretas. Conhecendo a Constituição, Iracema fala que temos muitos espaços para nos colocar. Ana Letícia Schweig (2014) reconhece que os meios institucionais muitas vezes não dão conta de suas reais demandas:

“Apesar de inegável importância para a implementação dos direitos indígenas, não devemos acreditar que os procedimentos administrativos de identificação e delimitação de TIs sejam os únicos meios de reconhecer e permitir os direitos territoriais indígenas. Há outros fatores que permeiam as dinâmicas desses grupos Kaingang que fazem com que a sua territorialidade ultrapasse os limites determinados. O fato de residirem em cidades urbanizadas (...) não exclui a continuidade e a complementaridade de suas relações com seus parentes e com os seres da floresta.” (SCHWEIG, 2014, p. 46)

A memória dos Kaingang guarda pela oralidade e em meio às formas de conviver e se relacionar com a Natureza suas práticas de subsistência. No conhecimento das plantas e das relações entre elas, a comunidade cultiva seus alimentos e medicinas seguindo os princípios da agrofloresta, tida como o método de plantio mais ecológico e respeitoso às particularidades de cada ecossistema, e gosta de chamar essa atividade de “cuido da terra”. Nas minhas vivências com a comunidade, aprendi com Kapri que se plantar e colher, comeremos bem.

Não resta dúvida de que os Kaingang, assim como seus demais parentes, estão dispostos a fazer o que for necessário pelos seus direitos, bem como os da Natureza. Paulo Cesar de Oliveira Pankararu (2004) aponta que o direito ambiental caminha de mãos dadas com os direitos indígenas. Eles avisam que se o planeta acabar, vai todo mundo junto. Sendo assim é imprescindível que todos os interessados na conservação dos seres vivos e ecossistemas remanescentes do planeta escutem suas propostas, demandas e trabalhem em conjunto para atendê-las, afinal, eles próprios se denominam como “a voz da Terra” e são um verdadeiro exemplo de seres humanos fazendo conservação. O sentimento de pertencimento à Natureza da memória biocultural dos Kaingang, junto aos escritos de Toledo e Barrera-Bassols (2015) em relação aos ecossistemas terem se constituído em conjunto com as ocupações originárias humanas, evidencia que não existe defesa da Natureza sem defesa dos povos indígenas. Já preferiu Chico Mendes “ecologia sem luta de classes é jardinagem”.

A conservação é uma ação direta dos Kaingang também. Enquanto outros desmatam, eles não só protegem os territórios que ocupam, mas ativamente trabalham pela restauração da mata, manejam espécies invasoras, alimentam os animais das quais as árvores foram tiradas e apagam incêndios em lugares que os bombeiros não conseguem chegar. Na Retomada, aprendi com Gãh Té que, com tudo que a Mãe Terra dá de saúde, fará mais por ela enquanto pode - e todos ganharemos mais tarde por essas boas ações.

CAMINHOS ABERTOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

A luta pelos direitos da Natureza e pela própria existência é de todos, não só dos povos indígenas. Na ciência que estuda a vida, é imprescindível falar sobre preservá-la. Vivendo agora um contexto de crise climática onde cada criança e jovem afetados pela sensibilidade para com os processos da Mãe Terra podem se tornar adultos que se colocam como defensores dos direitos dela, os educadores precisam procurar maneiras em cada área de ensino para fortalecer esse vínculo. Gãh Té diz que a Terra é muito paciente, mas de vez em quando ela “nos dá um laço”, como agora com as mudanças climáticas. O que podemos fazer é o equilíbrio.

Júnior e Barros (2016) falam no livro *Descolonizar o imaginário*: “Quando a humanidade se depara com a escassez de recursos decorrentes de impactos ambientais, na maioria das vezes o tempo acaba sendo um senhor implacável. Mais cedo ou mais tarde, a Natureza manifestará esses sintomas.” Torna-se impossível falar sobre devastação ambiental sem considerar que já estamos sendo afetados por ela, e os povos indígenas vêm nos dando avisos há bastante tempo. Um ensino de ciências que leve tudo isso em consideração vai contribuir para que não acabemos com nós mesmos para sustentar uma ideia de que o bem estar depende do consumo material.

Já não basta o incômodo, é preciso envolvimento e deslocamento para mudar essa situação. A inclusão da cultura indígena para além de um tópico isolado no currículo ou deixado apenas para as Ciências Humanas pode contribuir para um aprendizado mais contextualizado e afetivo. Crepalde (2019) fala que não é necessário incluir artificialmente a perspectiva indígena nas práticas ou conteúdos do currículo de ciências, e é possível integrá-las tanto como aquisição do conhecimento indígena quanto como vivências que possibilitem reconhecer, respeitar e se abrir para os povos e a sabedoria indígena. No Sul do Brasil, sendo Kaingang uma das maiores etnias indígenas, há muitas possibilidades não só dos professores estudarem e transmitirem um pouco dos saberes como dos próprios indígenas terem a oportunidade de compartilhar sua cultura. As crianças precisam conhecer as aldeias. A Retomada Gãh Ré já recebe diversas visitas escolares de turmas de professores com essa visão. McCarter e Galvin (2011) atentaram para o distanciamento do cotidiano e os saberes das comunidades nas escolas terem gerado perdas de conhecimento ecológico tradicional.

A inclusão da temática kaingang é um convite para trazer o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e humana bem como a incorporação dos conhecimentos tradicionais no âmbito do ensino formal indicados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), assim como para discutir o papel que atribuímos à ciência na educação. É inaceitável que a BNCC faça menção ao reconhecimento das temáticas indígenas no ensino básico apenas restrito às disciplinas de Ciências Humanas (na área de Ciências da Natureza há apenas uma menção no Ensino Fundamental/ unidade temática Terra e Universo). Ter contato com outras maneiras de ver e explicar o mundo favorece o entendimento de que a ciência e a biologia são formas de conhecimento, dentre tantas outras. Essa diversidade de conhecimentos é explicada por Gudynas na defesa do bem viver:

A dominação das ideias ocidentais é substituída por uma promoção da “interculturalidade”, na qual as ideias ocidentais não são rejeitadas, mas vistas como uma opção entre muitas. A separação entre sociedade e natureza não é reconhecida, e é substituída por uma noção de comunidades ampliadas, que também pode incluir diferentes seres vivos ou elementos do meio ambiente em contextos territoriais (GUDYNAS, 2016, p. 261).

Caminhar por essas ideias é essencial para um ensino de ciências comprometido com a interculturalidade. Toledo e Barrera-Bassols (2015) explicam que os seres humanos não estão separados da Natureza, assim como não estão separados da cultura. Desse modo, é necessário encontrar o equilíbrio entre mundo real e cosmovisão - “em consequência, a verdadeira significação do saber tradicional não é a de um conhecimento local, mas a do conhecimento universal expressado localmente (Posey)” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 139). Nesse sentido, trabalhando a partir dos saberes de outro povo, Ives-Felix, Barros e Nakayama (2019) utilizaram o uso de plantas pela etnia Tentehar como perspectiva de diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e os saberes científicos, mostrando que o ensino de ciências é uma possibilidade intercultural na Educação. Valadares e Júnior (2020) introduziram experiências de conhecimento a partir de saberes tradicionais e científicos buscando quais práticas pedagógicas podem promover o encontro entre eles. Os autores coletaram percepções de sujeitos com diferentes cosmovisões sobre um mesmo tema e fizeram um júri simulado experimentando na prática as possibilidades e os desafios de diálogo entre eles.

A memória biocultural Kaingang abriga uma miríade de saberes relacionados às plantas, animais, ecologia e outros processos naturais¹⁵, com ótimo potencial para o trabalho no ensino

¹⁵ Entre uma variedade de trabalhos reunindo esses saberes nas áreas de antropologia, etnobotânica e geografia, entre outras, ver: Branco, Perondi e Ramos (2023); Da Rosa (2005); Freitas (2005); Gaudêncio et al (2020); Haverroth (2012); Jacinto e Munchen (2022); Strachulski e Alves (2019); Pörsch (2011) e Schweig (2014).

de ciências. Jacinto e Munchen (2022), por exemplo, escreveram sobre como o ensino de ciências pode contribuir no conhecimento e preservação da culinária kaingang. A abordagem das Ciências da Natureza considerando os conhecimentos dos Kaingang relativos a ela facilita o aprendizado interdisciplinar e contextualizado¹⁶, sem no entanto pender para uma perspectiva utilitarista da Natureza, justamente em função do valor intrínseco atribuído a ela em sua cosmovisão. Sobre a noção utilitária do ambiente como recurso e meio de produção, Echeverri (2004) aponta que a mesma impossibilita a percepção de que mais de uma espécie com territorialidades distintas podem ocupar a mesma área e coexistir, com relações de complementaridade entre seres, sem fronteiras rígidas, sendo que os seres humanos também podem estar incluídos nessa relação.

Ainda, os conhecimentos kaingang são uma ótima oportunidade para trabalhar a partir da metodologia freireana dos temas geradores¹⁷ e dialogar com a vida dos educandos indígenas e não indígenas. As plantas sagradas, a medicina kaingang, a agrofloresta e a acupuntura utilizando espinhos do porco-espinho, entre outros, são exemplos de assuntos que podem dar origem a outros temas de estudo dentro e fora das ciências que se tornam relevantes a partir da realidade de cada turma ou escola. Suscita-se a valorização dos nossos espaços, ecossistemas e comunidades, e pode-se aprender com outros valores dos Kaingang relacionados à própria Educação. Suas crianças aprendem na base da coletividade e são sujeitos ativos nos próprios processos de aprendizagem. Durante minha vivência na Retomada, aprendi com Gãh Té sobre o que ela se refere como “escola dos brancos” que estimula a competição entre as crianças. Para os Kaingang, um precisa ajudar o outro para que todos aprendam.

Assim, as crianças são levadas para tudo que os adultos fazem - tanto as atividades tradicionais, pois segundo ela, conviver com a Natureza é uma escola de vida, quanto nas questões burocráticas e do próprio movimento indígena: é perceptível nas fotos das reportagens como as pessoas de todas as idades participam dos espaços de luta. Siqueira, Lima e Sobczak (2015) ressaltam que “tais comunidades participam dos momentos de aprendizagem, que ocorrem a todo instante, a fim de que a cultura local, os costumes específicos, os mitos e a religiosidade permaneçam presentes na memória das novas gerações”.

A abordagem da cultura e dos conhecimentos Kaingang na Escola também valoriza sua cultura, contribuindo para o cumprimento da Lei 11.645/2008 e mostrando que eles existem.

¹⁶ Como as demais áreas, a matemática kaingang tem uma intersecção muito frutífera com a Biologia: o tempo de florescimento de plantas como a taquara-mansa e a taquara-criciúma é usado como unidade de medida. Se uma taquara-criciúma floresceu, por exemplo, pela quinta vez no mato, uma pessoa de 50 anos sabe sua idade.

¹⁷ Sobre o método de Paulo Freire, ver Freire (1984,1985).

Iracema conta que a formação das pessoas é problemática porque a Educação não foi feita para incluir os indígenas dentro, e muitas pessoas ficam surpresas sobre a existência de indígenas na capital, inclusive, fora do país muitos pensam que existem indígenas somente na Amazônia. Para tanto, a cacica defende que a Educação tem que ser mais esclarecida e, na linha da interculturalidade, ensina para os próprios netos sobre a existência de muitos povos no Brasil, porque só eles é muito pouco. Por fim, sem deixar de ser crítica e radical, Iracema diz que não tem mágoas, pois aprendeu com a Mãe Terra que temos que dar amor e carinho a todos. Que essa ideia possa florescer nossa prática.

CONCLUSÃO

Espero que alguma parte das ideias trazidas neste trabalho possam ser semeadas por quem tiver contato com ele. É imprescindível se posicionar pela defesa dos territórios dos originários de nosso país. A convivência na Retomada é transformadora; independente do motivo que me leve a visitá-la, os moradores me mostram outras coisas que se tornam aprendizados. Gãh Té sempre fala “vamos respirar mais”. Estar com os Kaingang às vezes se torna uma experiência de cura, e penso ser muito importante essa dimensão existir a partir da Educação também - de cura de uma sociedade que tem potencial para muito mais saúde, vida e alegria. Nossos irmãos Kaingang se mostram abertos a nos ajudar com isso.

A etnia Kaingang não é um povo do passado; eles estão na cidade, na Universidade, nos espaços de cultura e política. Resta a nós abrir os espaços que eles querem ocupar; no caso dos docentes, o espaço da Escola e da educação de nossas crianças.

Os Kaingang são um povo, no contexto do Sul do Brasil, mas há tantos outros na região e no território inteiro... é necessário ampliar a atenção, tanto acadêmica quanto do currículo escolar, a todas as etnias que por tanto tempo têm sido excluídas e invisibilizadas, mas que preservam suas culturas e a Natureza. A interculturalidade exige paciência, mas os frutos que colheremos cultivando pelo menos parte dos valores guardados na memória biocultural dos povos originários valem o esforço.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Editora Elefante, 2019.

ARNDT, A. **Retomada Gãh Ré: indígenas vivem incerteza em meio a disputa judicial.** *Humanista*, [Porto Alegre], 14 fev. 2023. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/humanista/2023/02/14/retomada-gah-re-indigenas-vivem-incerteza-em-meio-a-disputa-judicial/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ASSIS, V.; RÉDUA, L.; KATO, D. Investigação Temática Freireana e o Ensino de Ciências no Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 4, p. 341-360, 20 nov. 2020.

ASWANI, S., LEMAHIEU, A., SAUER, W.H.H. **Global trends of local ecological knowledge and future implications**. Plos One. n.13 v.4, 2018. E0195440.

ÁVILA, C. **Retomada Kaingang e Xokleng sofre reintegração de posse em Porto Alegre**. *Jornal Extra Classe*, [Porto Alegre], 9 dez. 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/justica/2022/12/retomada-kaingang-e-xokleng-sofre-reintegracao-de-posse-em-porto-alegre/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BALÉE, W.; ERICKSON, C L. **Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands**. New York: Columbia University Press. 2006.

BAPTISTA DA SILVA, S. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**. V.8, n.18, 2002.

BARBOSA, R.H. Los conocimientos faunísticos en el estudiantado de escuelas rurales: Una guía para su reconocimiento en la clase de ciencias naturales. **Revista Electrónica Educare**, Heredia, Heredia (Costa Rica), v. 22 (2) mai-ago, p. 1-19, 2018.

BERGAMASCHI, M.A.; GOMES, L. B.. A Temática Indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, Lisboa; Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./abr., 2012.

BERNARDI, L. D. S.; SANTOS, J. A. Math Education in Intercultural Contexts: a logical-mathematical interpretation for duality Kaingang Kamé-Kairu. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 27, e21011, 2021.

BRANCO, C.; PERONDI, M.; RAMOS, J. Fág e Nen: Araucária e Floresta no Coletivo Kaingang. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña**, v. 13, n. 1, p. 165-187, 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

CANDAU, V. M. F.; RUSSO, K. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educ**, p. 151-169, 2010.

CHASSOT, A. I. Alfabetização Científica: Uma possibilidade para a inclusão social. **Rev. Brasileira de Educação**. n22, Jan/Fev/Mar/Abr, 2003.

Cimi Regional Sul – Equipe Porto Alegre; Comin – Equipe Sul. **Justiça Federal concede nova liminar de reintegração de posse contra a Retomada Gãh Ré, no Morro Santana, em Porto Alegre**. *Conselho Indigenista Missionário*, [Porto Alegre], 15 mar. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/03/reintegracao-contr-retomada-gah-re-porto-alegre/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Coletivo Catarse. **Apoie a Retomada Gãh Ré!**. Instagram, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIY6DRevwYa/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

_____. **ATL 2023 dia 26/04. Povos Originários decretam Emergência Climática**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CrjGq4IuuN-/?img_index=7. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Gãh Ré em defesa do território**. [Vídeo]. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ToiNn1dxWJk>. Acesso em: 19 dez 2023.

Coletivo Catarse. **"Resistir para cuidar a mãe natureza" - Retomada Multiétnica Kaingang Xokleng**. [Vídeo]. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4zezRiW594I&t=2s>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CREPALDE, R. dos S. Resenha de Enhancing School Science with indigenous knowledge: what we know from teachers and research: enhancing school science with indigenous knowledge review: what we know from teachers and research. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 206–213, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46338. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46338>. Acesso em: 9 nov. 2023.

DA ROSA, R. O territorio xamanico kaingang vinculado as bacias hidrograficas e a floresta de araucaria. **Cadernos Do LEPAARQ**, v. 2, n. 4, p. 99, 2005.

Deriva Jornalismo. **18 de janeiro. Três meses da noite da volta ao território ancestral Kaingang - que é o Morro Santana, em Porto Alegre (RS)**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cnkck0utbp/?img_index=10. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Acontecendo agora reunião com lideranças de quatro retomadas do Rio Grande do Sul na FUNAI em Brasília cobrando a demarcação dos territórios**. Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxGe1GyOlzH/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Na semana que a Retomada Gãh Ré completa cinco meses, enfrenta novamente uma ameaça de reintegração de posse da Justiça Federal de Porto Alegre**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqEZt_Eu1t_/?img_index=10. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Os cinco primeiros registros são da madrugada desta quarta, logo após a meia-noite. Celebração, dia 18 de outubro de 2023, do um ano de Retomada Gãh Ré.** Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CyjGZYWO9vX/?img_index=10. Acesso em: 21 dez. 2023.

DERIVAS, Alass. **Cacica da Retomada Gãh Ré, no Morro Santana, anuncia início de greve de fome.** *Jornal GGN*, [São Paulo], 22 dez 2022. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/questao-indigena/cacica-da-retomada-gah-re-no-morro-santana-anuncia-inicio-de-greve-de-fome/>. Acesso em: 19 dez 2023.

ECHEVERRI, J. A. Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿diálogo intercultural? In: **Tierra adentro: Territorio indígena y percepción de entorno.** IWGIA, n39, Copenhague. Editores: Alexandre Surrallés y Pedro García-Hierro. 2004.

DIBE, L. **Entenda a disputa entre indígenas e empresa do ramo imobiliário por terra no Morro Santana, em Porto Alegre.** *Jornal digital GauchaZH*, [Porto Alegre], 27 dez 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/12/entenda-a-disputa-entre-indigenas-e-empresa-do-ramo-imobiliario-por-terra-no-morro-santana-em-porto-alegre-clc6xf9hl001i0182s2jglj0r.html>. Acesso em: 19 dez 2023.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. *The Development Dictionary: a guide to Knowledge as power.* New York: Zed Books, 2010.

FERNANDES, R. C.; PIOVEZANA, L. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 111-128, 2015.

FERREIRA, E. S. **Escola Indígena: uma proposta para o ensino de Ciências Naturais.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

FLEURI, R. M. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2TbXnAK>.

FRANCESCHI, M. A. dos S.. **Entre a escola e aldeia: a natureza e a compreensão do pertencimento.** 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

FREITAS, A. E. D. C. **Mrur Jykre-a cultura do cipó: territorialidade Kaingang na margem leste do Lago Guaíba,** Porto Alegre, RS, 2005.

GALIAZZI, M. do C.; SOUSA, R.S. de. O fenômeno da descrição na análise textual discursiva: a descrição fenomenológica como desencadeadora do metatexto. **Vidya**, v. 41, n. 1, p. 77-91, 2021.

GAUDÊNCIO, J.; RODRIGUES, S.P.J.; SILVEIRA, R.M.C.F.; MARTINS, D.R. Etnociência Kaingang: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 33, n. 53, p. 157-171, 2020.

GOBBI, F. S. *et al.* Breves Aspectos Socioambientais da Territorialidade Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul. In **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: Territorialidade, Interetnicidade, Sobreposições e Direitos Específicos**. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, p. 19-31, 2010.

GOMES, L. B.. **Legitimando Saberes Indígenas na escola**. 2011. Dissertação de Mestrado - UFRGS, PPGEDU, Porto Alegre, 2011.

GOMEZ-BAGGETHUN, E., REYES-GARCÍA, V. Reinterpreting Change in Traditional Ecological Knowledge. *Human Ecology*. Published online. 2013. DOI 10.1007/s10745-013-9577-9

GONÇALLO, R.L.A.; KATO, D.S.; OVIGLI, D.B.; SANTOS, E.C.A. dos. Interculturalidade e Educação: abordando a Temática Indígena na Educação Básica. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 18–27, 2019. DOI: 10.19180/1809-2667.v21n12019p18-27. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/11662>. Acesso em: 8 dez. 2023.

GUDYNAS, E.. Bem viver. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos. **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

HAESBAERT, R. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAVERROTH, M. Kaingang: um estudo etnobotânico. As plantas e as categorias Kamé e Kanhri. **Textos & Debates**, v. 1, n. 3, 2012.

HEEMANN, T. A. Por uma releitura do direito dos povos indígenas: do integracionismo ao interculturalismo. **Revista de Doutrina Jurídica**, Brasília, DF, v. 109, n. 1, p. 5–18, 2018. DOI: 10.22477/rdj.v109i1.164. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj/article/view/164>. Acesso em: 17 jan. 2024.

HERMANN, W; DAMO, A.S. Mobilização Kaingang para a Copa 2014 – notas etnográficas a partir de Porto Alegre. **Ponto Urbe [Online]**, Vol. 15, 2014. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/2042>. Acesso em 18 jan. 2024.

HERNÁNDEZ, D.T.C.; TANIA, D. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. In: Solar. 2016. p. 45-46.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: Indígenas: Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil. Instituto Socioambiental**, [s.d.]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal.

IVES-FELIX, N.O.; BARROS, F.B.; NAKAYAMA, L. O ensino de ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de saberes indígenas sobre plantas Amazônicas. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 265–286, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2835>. Acesso em: 12 nov. 2023.

JACINTO, K.; MUNCHEN, S. Comidas típicas Kaingang e o ensino de ciências na Educação Indígena. **Ethnoscintia**, v. 7, n. 2, p. 35, 2022.

JESUS, Y. L. **Potencialidades e desafios ao ensino de ciências em uma escola indígena Kurâ-Bakairi a partir da pesca com o timbó**: perspectivas intercultural e decolonial. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) –Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

JUNIOR, F.A.P.; BARROS, L.V. A Natureza como sujeito de direitos: a proteção do Rio Xingu em face da construção de Belo Monte. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, 2016.

KAINGANG, B. Conhecimentos indígenas: seus desafios nos dias atuais. SESC. Departamento Nacional. **Educação em Rede. Culturas indígenas, diversidade e educação**. v. 7, p. 28-39, Rio de Janeiro, 2019.

KRENAK, A. Ecologia Política. **Ethnoscintia-Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia**. v. 3, n.º 2, 2018.

KRENAK, A. **'Vida sustentável é vaidade pessoal', diz Ailton Krenak**. [Entrevista concedida a] SANTANA, F. *Jornal Correio*, [Bahia], 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/entre/vida-sustentavel-e-vidade-pessoal-diz-ailton-krenak--0120>. Acesso em: 08 fev 2024.

LADEIRA, M. I. **Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica—áreas protegidas. Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. Instituto Sócioambiental, São Paulo, 2004.

LAPPE, E.; LAROQUE, L.F. da S. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 34, 2015.

LIMA DE JESUS; TAVARES LOPES. Ensino de Ciências, Interculturalidade e Decolonialidade: possibilidades e desafios a partir da pesca com o timbó. **Perspectiva**, , v. 39, n. 2, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2021.e66708. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/66708>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LOPES, E. T; GRANDO, B. S.; TAUKANE, D. Y.; TAWANRE, E. M. K.; JESUS, Y. L. de. Interculturalidade na perspectiva Bakairi do ensino das Ciências da Natureza na escola indígena. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, , v. 4, n. 3, p. 547–565, 2019. DOI: 10.12957/riae.2018.39694. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/39694>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINS, E. de F.; GUIMARÃES, G.M, A.. As concepções de Natureza nos Livros Didáticos de Ciências. **Pesquisa em Educação em Ciências**, Minas Gerais, v. 4, n. 2, p. 14, dez. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1295/129517975002.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2015.

MCCARTER, J., GAVIN, M.C. (2011). Perceptions of the value of traditional ecological knowledge to formal school curricula: opportunities and challenges from Malekula Island, Vanuatu. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.7, n.38, 2011.

MORAES, R; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

NASCIMENTO, Rita G. A Lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. SESC. Departamento Nacional. **Educação em Rede. Culturas indígenas, diversidade e educação**. v. 7, p. 140-156, Rio de Janeiro, 2019.

NEVES, P. **Retomada multiétnica Gãh Ré é tema de debate em comissão da Câmara de Porto Alegre (RS)**. *Brasil de Fato*, [Porto Alegre], 1 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/retomada-multietnica-gah-re-e-tema-de-debate-em-comissao-da-camara-de-porto-alegre-rs>. Acesso em: 20 dez. 2023.

OLIVEIRA - PANKARARU, Paulo C. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos indígenas**. In:Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional. 2006.

PADILHA, J. Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul. [Entrevista concedida a] BAGGIO DI SOPRA, Fernando Ernesto. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 686-722, jan.- jun./2020.

PÖRSCH, J. **Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena: o caso da comunidade Kaingang na terra indígena do Guarita**, 2011.

Preserve Morro Santana. **Registros na Retomada no dia 13 de novembro de 2022**. Instagram, 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ck7JnHjuOLa/?img_index=1. Acesso em: 19 dez. 2023.

_____. **Ecotrilha no Morro Santana: colheita da Marcela!** Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqL1XeROAgh/?img_index=3. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Reportagem completa sobre a Retomada Gãh Ré que foi transmitida hoje na televisão no Jornal SBT Rio Grande**. Instagram, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmH88oyg3na/>. Acesso em: 20, dez. 2023.

PUPO, M. de A, V.. Por uma Ciência popular da vida: ancestralidade e Agroecologia na formulação das Ciências da Natureza da Educação do Campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 3, p. 862–890, 2018. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p862.

Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4015>. Acesso em: 13 dez. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, L. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 122-146.

Retomada Gãh Ré. **Aí estão registros de uma luta que deveria ser de todes nós!** Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs6NuUqux37/?img_index=1. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Antes do Brasil da coroa, o Brasil do cocar**. Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrRRH7Ouvtl/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Atualização pós queimada no Morro Santana**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CpBMhfhOJbM/?img_index=2. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Comunicado da Retomada Gãh Ré**. Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cp0z-f7uCad/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Desabafo de uma cacica**. Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwiLLkuusvM/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Registros de sábado (28) na Retomada Gãh Ré**. Instagram, 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CoDZmbrvnTH/?img_index=1. Acesso em: 20 dez 2023.

_____. **Na tarde de quinta (2), a chuva abundante durante a abertura do Encontro de Um ano da Retomada Gãh Ré reforçou o convite da escuta radical como ação**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CzMLobIORZv/?img_index=5. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Neste momento (16h) em Porto Alegre, concentração para Manifestação contra o Marco Temporal!** Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cs4P1O1LDzN/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Pouco a pouco as paredes vão se erguendo na primeira casa de madeira da Retomada Gãh Ré**. Instagram, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cx-cQhouR0s/?img_index=9. Acesso em: 21 dez. 2023.

REYES-GARCÍA, V., KIGHTLEY, I., RUIZ-MALLÉN, N., FUENTES-PELÁEZ, K., DEMPS, N.F.P.K., HUANCA, T., MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, M.R. *Schooling and Local Environmental Knowledge: Do they complement or substitute each other?* **International Journal of Educational Development**, v.30, n.3, p.305–313, 2010.

RIEGER, I. **Cacica Iracema, liderança da Retomada Gãh Ré, em Porto Alegre**. *Jornal do Comércio*, [Porto Alegre], 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/05/1105689-exemplo-que-inspira.html>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ROMAGNA, D. **Depois de ir a Brasília, cacica confia em avanço de demarcação de terra indígena no Morro Santana.** *Centro Feminista de Estudos e Assessoria*, [S. l.], 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=6074:depois-de-ir-a-brasilia-cacica-confia-em-avanco-de-demarcacao-de-terra-indigena-no-morro-santana&catid=584>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Justiça suspende reintegração de posse imediata no Morro Santana e cacica encerra greve de fome.** *Sul 21*, [Porto Alegre], 27 dez. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/12/justica-suspende-reintegracao-de-posse-no-morro-santana-e-cacica-gah-te-encerra-greve-de-fome/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

RODRIGUES, A.B. **Retomada Kaingang em Porto Alegre tem apoio de 38 entidades.** *Agapan*, [Porto Alegre], 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.agapan.org.br/post/retomada-kaingang-em-porto-alegre-tem-apoio-de-38-entidades>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RUSSO, K.; PALADINO, M.. A Lei n. 11.645 e a visão dos professores do rio de janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p.897-921, Rio de Janeiro, out. 2016.

SALDANHA, J.R. **Instituto Candeeiro apoia luta dos povos Kaingang e Xokleng pela retomada no Morro Santana, em Porto Alegre.** *Instituto Candeeiro*, [Viamão], 30 dez 2022. Disponível em: <http://candeeiro.org.br/instituto-candeeiro-apoia-luta-do-povo-kaingang-e-xokleng-pela-retomada-no-morro-santana-em-porto-alegre/>. Acesso em 19 dez 2023.

SANTOS, B. de S.. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma Ecologia de Saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, n. 1, p. 3-46, 2007.

_____. **Pela Mão de Alice.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: G. C. Gráfica de Coimbra, 2010.

SANTOS, E.F.; SANTOS, S.S.C.; PAGAN, A.A. Concepções de biodiversidade para futuros professores de Ciências da Natureza. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 1–25, 2021. DOI: 10.26843/rencima.v12n4a37. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/2931>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, M.G.; RODRIGUES, R.S. **Ressignificando territórios: a ancestralidade indígena no Morro Santana.** *Medium*, [Porto Alegre], 12 jul. 2023. Disponível em: <https://michellegarciasantos.medium.com/ressignificando-territ%C3%B3rios-a-ancestralidade-ind%C3%ADgena-no-morro-santana-c9b4cce85b38>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SANTOS, W. G.; HALMENSCHLAGER, K. R.. Divulgação científica e visões deformadas sobre o trabalho científico: contribuições para o ensino de física a partir de análise de textos jornalísticos. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 4, n. 4, p. 181-202, 2021.

SCHWEIG, A. L. M.. **Territorialidade e relações sociocossmológicas kaingang no Morro Santana**, Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2014.

SILVA, J. B. S.; SILVA LAROQUE, L. F. **Historicidades e lutas da aldeia Kaingang Jamã Tÿ Tãnh em espaço urbano: protagonismo indígena frente à duplicação da BR 386**. 2015.

SILVA, S. B.. Sociocosmologias indígenas no espaço metropolitano de Porto Alegre. In: Ivaldo Gehlen; Marta Borba Silva; Simone Ritta dos Santos. (Orgs.). **Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre**. 1 ed. Porto Alegre: Century, 2008.

SILVA, M.L.S, BAPTISTA, G.C.S. Conhecimento Tradicional como instrumento para dinamização do currículo e ensino de ciências. **Gaia scientia**, v.12, n.4, p.90-104, 2018.

Sindiserf. **Indígenas da Retomada Gãh Ré do Morro Santana ocuparam Funai em Porto Alegre**. *Sindiserf*, [Porto Alegre], 16 mar. 2023. Disponível em: <https://sindiserfrs.org.br/2023/03/16/indigenas-da-retomada-gah-re-do-morro-santana-ocuparam-funai-em-porto-alegre/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SIQUEIRA, A. B; LIMA, F. O.; SOBCZAK, J.R.S.. O Projeto Político-Pedagógico e o plano de ensino de ciências em uma escola Kaingang. **Revista pedagógica**, v. 17, n. 34, p. 222-233, 2015.

SOARES, M. G.; ALENCAR, J. C. P.; DA SILVA, M. F.; FARO, C. L. da C. Flecha do Tempo: Origem do Pensamento, Conhecimento e Representação da Realidade por Indígenas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 343-357, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v14i30.4382. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4382>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOARES, N. **Contra reintegração de posse, cacica Kaingang faz greve de fome: "só saio daqui no caixão"**. *Diário Carioca*, [Rio de Janeiro], 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.diariocarioca.com/politica/contra-reintegracao-de-posse-cacica-kaingang-faz-greve-de-fome-so-saio-daqui-no-caixao/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

STRACHULSKI, J.; ALVES, J.N.K. Os Kaingang de Cândido de Abreu: Práticas (materiais e simbólicas) tradicionais e relação com o território. **GeoTextos: Revista Da Pós-Graduação Em Geografia Da Universidade Federal Da Bahia**, v. 15, n. 2, 2019.

SUÁREZ, D. H.; SOUZA, R. M. de. (Auto)biografias, fotografias, acervos e escritas de formação. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 03, p. 397-401, set./dez. 2016.

SUÁREZ, D. H. . Escribir, ler y conversar entre docentes em torno de relatos de experiencia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 03, p. 480-497, set./dez. 2016.

SUPTITZ, B. **Povos indígenas reivindicam área no Morro Santana, em Porto Alegre**. *Terras Indígenas no Brasil*, [s. l.], 6 jan. 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/217796>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Teia dos Povos. **Alguns momentos no sábado do I Encontro Artístico, Político e Espiritual de Mulheres da Teia dos Povos em Luta no RS, com a guiança das nossas mais velhas e**

muito canto de luta. Instagram, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpfU603urgk/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Nota de solidariedade à Retomada Gãh Ré.** *Portal da Teia dos Povos*, 10 dez. 2022. Disponível em: <https://teiadospovos.org/nota-de-solidariedade-a-retomada-gah-re/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

TOMMASINO, K. Os sentidos da territorialização dos Kaingang nas cidades. In: Anais da IV Reunião de Antropologia do Mercosul, 2001.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N.. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Editora Expressão Popular, 2015.

TORRES, J. R.; GEHLEN, S. T.; MUENCHEN, C.; GONÇALVES, F. P.; LINDEMANN, R. H.; GONÇALVES, F. J. F. Resignificação curricular: contribuições da Investigação Temática e da Análise Textual Discursiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4021>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Mantida reintegração de posse de imóvel ocupado por indígenas.** 21 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=26597. Acesso em: 19 dez 2023.

VALADARES, J. M.; JÚNIOR, C. S. Interculturality and science teaching: A classroom daily routine. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 28, p. 153, 2020. DOI: 10.14507/epaa.28.4699. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4699>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VAN LUIJK, N.; RAMOS, M. M. N.; DA FONSECA-KRUEL, V. S. Etnobotânica apoiando ações em educação na formação de professores do ensino básico: um estudo de caso com licenciandos em Cabo Frio, Rio de Janeiro (Brasil). **Ethnoscintia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 8, n. 3, p. 1-18, 2023.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado y Sociedad.** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.

_____. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, [S. l.], v. XIX, n. 48, p. 27-35, may/ago. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3BaU7qo>.

_____. E. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando: notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Entramados: educación y sociedad**, n. 1, p. 17-30, 2014.

_____. (ed.). **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013. Tomo I.

XACRIABÁ, C. In: MIURA, R. "Antes da coroa, existe um cocar", diz Célia Xakriabá em defesa dos povos indígenas (...). *Uol Notícias*, [Brasília], 25 abr 2023. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/04/25/antes-da-coroa-existe-um-cocardiz-celia-xakriaba-em-defesa-dos-povos-indigenas.htm>. Acesso em: 23 jan 2024.